Mapa do Audiovisual de Niterói

subsídios para um Arranjo Produtivo Local do setor

Mapa do Audiovisual de Niterói:

subsídios para um Arranjo Produtivo Local do setor

Bem TV Educação e Comunicação

Niterói, Dezembro de 2019

PREFEITURA NITERÓI
TRABALHANDO SÉRIO, SUPERANDO DESAFIOS.

NITERÓI CIDADE DO AUDIOVISUAL

BemTv

Bem TV – Educação e Comunicação

COORDENAÇÃO:

Daniela Araujo e Paula Kwame Latgé

EQUIPE: Ana Araujo, Júlia Couto, Lucas Pedrada, Luciano Simplicio, Matheus Magalhães, Raphael Azevedo, Thaís Amaral, Verônica da Silva Gomes

Este projeto é financiado pela Secretaria Municipal das Culturas e pela Fundação de Arte de Niterói através da Chamada 003/2018 - Edital de Fomento ao Audiovisual.

Mapa do Audiovisual de Niterói: subsídios para um Arranjo Produtivo Local do setor

EDIÇÃO: Bem TV – Educação e Comunicação

PESQUISADORES: Júlia Couto

EQUIPE: Verônica da Silva Gomes, Vitor Freitas

EDITORAÇÃO, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Kangen Comunidade Criativa (www.kangen.cc)
EDITORAÇÃO: Claudio Barria Mancilla
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Igor Franco

C871, Couto, Julia. 1994 -

Mapa do Audiovisual de Niterói: subsídios para um Arranjo Produtivo Local do setor / Júlia Couto. Ano 2019.

163 p.

ISBN: 978-65-80732-01-2

1. Arranjo Produtivo Local 2. Audiovisual 3. Políticas Públicas

1 - Título

CDD 338.9

CDU 304

Este trabalho está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição - Não-comercial - 4.0 Internacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

INTRODUÇÃO 10

1. PANORAMA LEGISLATIVO, REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E MARCOS DO SETOR EM NITERÓI 22

1.1 Arranjos Produtivos Locais 24

1.2 Cinema e Audiovisual 30

1.3 Em Niterói: dentro e fora dos muros da UFF 38

2. PERFIL DOS PROFISSIONAIS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM NITERÓI 49

2.1 Alcance e intersecções de resultados nas respostas aos formulários 56

2.2 Enfim, ao diagnóstico: Mapa do setor audiovisual em Niterói 65

2.2.1 Preservação 68

2.2.2 Exibição 73

2.2.3 Distribuição 79

2.2.4 Produção e formação 84

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: SUBSÍDIOS PARA UM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO SETOR 115

4. ANEXOS 127

4.1 Mapeamento do Setor Audiovisual de Niterói 2019 - Empresas e Pessoas Jurídicas 128

4.2 Mapeamento do Setor Audiovisual de Niterói 2019 - Pessoa Física 137

4.3 Mapeamento do Setor Audiovisual de Niterói 2019 - OSC / ONG 143

4.4 Mapeamento do Setor Audiovisual de Niterói 2019 - Instituições de Ensino 152

5. BIBLIOGRAFIA 155

APRESENTAÇÃO

Em 2018, uma ação conjunta da Prefeitura de Niterói, do Ministério da Cultura e da ANCINE promoveu o lançamento do Edital de Fomento ao Audiovisual, uma ação de fomento direto que constituiu o primeiro de oito eixos estratégicos do programa Niterói Cidade do Audiovisual. Dentre os projetos contemplados, o "Mapa do Audiovisual de Niterói: subsídios para um Arranjo Produtivo Local do setor", de autoria da equipe da ONG Bem TV, se propôs a identificar profissionais, empresas, instituições de ensino e organizações, tanto não governamentais como da sociedade civil, envolvidas nas etapas constitutivas da cadeia audiovisual: formação, produção, distribuição, exibição e preservação. Com a aplicação de formulários de levantamento de dados quantitativos e qualitativos, bem como a realização de entrevistas, o projeto surge com o objetivo de oferecer um diagnóstico crítico do setor na cidade, bem como indicar possíveis ações de desenvolvimento. O referencial teórico abordado foi multidisciplinar, trazendo tanto publicações específicas relacionadas ao tema dos arranjos e sistemas produtivos em cultura quanto publicações mais amplas relacionadas ao campo das políticas públicas e à história de Niterói.

Com a presente pesquisa vislumbra-se evidenciar as lacunas da cadeia produtiva no município e subsidiar, através dos dados, um APL, colocando em pauta o quanto a consideração de particularidades constitutivas locais e históricas do setor e do território podem inferir nos mecanismos de participação

social (ou exclusão) na formulação de políticas públicas de desenvolvimento territorial, no intuito de promover a transição das políticas de governo para políticas de Estado. Para tanto, foi desenvolvido um mapa georreferenciado identificando os agentes do setor que participaram da pesquisa na cidade, um banco de dados de fornecedores e prestadores de serviço atuantes no território e uma publicação expositiva do processo, indicando caminhos possíveis para a integração de agentes no arranjo produtivo.

INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos, o mercado de cinema e audiovisual brasileiro passou por transformações estruturais decisivas para a consolidação da atividade cultural enquanto rede de produção de valores culturais e econômicos. Ademais do desenvolvimento tecnológico e da democratização dos meios de produção, que promoveram um aumento exponencial na quantidade de conteúdo produzido, as mudanças no padrão de consumo de conteúdo têm tensionado, ano a ano, o poder de influência dos conglomerados e grandes produtores, a ponto da consideração das redes sociais e da produção para as mídias digitais terem sido avaliadas como centrais para o desfecho de disputas essenciais para o cotidiano da população, como a eleição presidencial de 2018.

Nesse contexto, além das análises correntes sobre a quantidade de produções realizadas no território e a disputa de mercado entre produtos brasileiros e estrangeiros, a pauta da descentralização territorial da produção audiovisual ganha força, não apenas pelo potencial da indústria audiovisual quanto ao impacto econômico e o desenvolvimento local, mas também por um aumento da demanda de conteúdos regionais e por representatividade, intensificado após a implementação da Lei 12.485/2011 - também conhecida como Lei da TV Paga - que instituiu cotas mínimas de veiculação de conteúdos brasileiros em canais de espaço qualificado.

Depois da disponibilização de faixas de investimento exclusivas para determinadas regiões do país, o poder público, assim como as equipes de profissionais envolvidos neste segmento, foi confrontado com desafios singulares decorrentes das particularidades do processo de produção audiovisual, que gera demanda de fornecedores específicos, fluxos de trabalho, pagamentos e cronograma distintos das demais atividades culturais.

Em busca de soluções, novas alternativas e pontes institucionais estão sendo criadas, bem como formas de organização e de fluxos de valores entre diferentes agentes da cadeia produtiva, de modo que a criatividade possa ser aplicada para a resolução de problemas e otimização de processos; os arranjos produtivos locais são exemplos de organização nesse sentido

Segundo o Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços:

> Arranjo Produtivo Local é uma aglomeração de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Em uma palavra, poderia-se sintetizar sua ação como **articulação**, promovendo interações que tornem o processo de

produção mais dinâmico e eficiente. Em publicação específica sobre o tema, lançada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) - unidade regional de MG - em 2014, os pesquisadores Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro e Édna Rabêlo Quirino Rodrigues debruçam-se sobre os conceitos-chave da definição (aglomeração, território, especialização produtiva, aprendizagem, inovação e cooperação), fundamentais para diferenciar o mecanismo de outros tipos de agrupamentos representativos.[1]

Ao aproximar empresas de um mesmo setor localizadas em um recorte espacial específico, o Arranjo Produtivo Local (APL) promove o desenvolvimento de economias de aglomeração; ressalta-se que essa associação pode se dar de maneira vertical, a partir do empenho das empresas em diferentes etapas do processo produtivo, ou horizontal, no qual as empresas se envolvem com uma única etapa da produção (CARDOSO, CARNEIRO e RODRIGUES, 2014). Os pesquisadores ressaltam a importância de não restringir o entendimento territorial aos conceitos urbanísticos, como municípios ou estados, mas a regiões em que se pode identificar aspectos identitários e a capacidade de estabelecer vínculos de partilha de conhecimen-

1 Walsey Magalhães, economista do BNDES, aponta a influência de Redesist na diferenciação dos APLs e clusters produtivos, caracterizando o último como uma cadeia produtiva isolada, que não se envolve com a economia local. Fonte: vídeo"Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento", publicado pelo canal EconomiaSepec em Novembro de 2017. Disponível em shorturl.at/mwCIY (acesso em Julho/2019).

tos específicos para além das técnicas empregadas no processo (especialização produtiva), bem como de possíveis aperfeiçoamentos e demandas de trabalho (cooperação). Por último, destaca-se a importância das ações de aprendizagem e inovação como eventos setoriais, nos quais é promovida a troca de informações produtivas e experiências, programas de treinamento e desenvolvimento de redes (CARDOSO, CARNEIRO e RODRIGUES, 2014).

Em 2008, em meio a outras ações que coexistiam no Plano Plurianual (PPA) vigente a respeito dos APLs como o Projeto Extensão Industrial Exportadora – PEIEx; e a Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte (CARDOSO, CARNEIRO e RODRIGUES, 2014), a RedeSist publicou quatro estudos temáticos envolvendo APLs de Audiovisual, referentes a municípios do Rio de Janeiro, Goiânia, Porto Alegre e Recife.

O estudo referente à cidade do Rio de Janeiro é de autoria de Marcelo Pessoa de Matos, Vicente Guimarães e Rodrigo Guimarães e Souza. Ainda que apresente um panorama bem completo da cadeia produtiva carioca, os dados citados na pesquisa estão muito defasados (alguns datam de 2002), o que demanda uma leitura crítica sobre alguns temas como políticas de fomento, legislação e participação econômica. Apesar disso, a análise das relações de trabalho, do nível de escolaridade

e dos graus de importância a itens-chave do mercado (acesso às salas, atividades de formação e inovação, por exemplo) de forma diferenciada entre empresas produtoras, distribuidoras e exibidoras (DEs) confere notabilidade e valor ao estudo, tendo sido uma das referências essenciais para o desenvolvimento da publicação do Mapa do Audiovisual de Niterói. Ainda que o Mapa não tenha seguido a mesma prática metodológica e levantado os graus de importância atribuídos pelos empresários a fatores de competitividade e cooperação, foi possível constatar a indissociabilidade da cena audiovisual niteroiense do Sistema Produtivo do Rio de Janeiro[2], sua cidade vizinha, uma vez que ambas encontram-se muito próximas geograficamente e que a oferta e intercâmbio entre fornecedores e provedores de serviços entre as cidades é significativa.

Em 2019, outras questões que concernem à estrutura regulatória e política do setor devem ser consideradas no processo de diagnóstico, nos âmbitos tanto federal e estadual como municipal. A paralisação na liberação de recursos, a ausência de lançamento de editais pelo Fundo Setorial do Audiovisual em razão do atraso na indicação e reunião dos membros do Conselho Superior de Cinema[3] e a nomeação de um novo secre-

---

2 Os autores diferenciam "sistemas" e "arranjos produtivos" no texto como diferentes ordens de grandeza nas associações empresariais, considerando o Sistema como a totalidade dos diversos arranjos existentes.

3 Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/em-1a-reuniao-do-ano--conselho-superior-do-cinema-aprova-lista-do-fsa.shtml

tário Municipal de Cultura em Niterói, em meados de agosto[4] são exemplos de aspectos estruturais do setor cujos efeitos só poderão ser mensurados a médio prazo (no mínimo dois anos). A reorganização da Secretaria de Cultura estadual, com a integração de outras áreas da Economia Criativa, e a realização do Festival de Cinema dos BRICs exemplificam ainda o aspecto dinâmico, ora de intensa produção e encaminhamento de novas iniciativas e projetos, ora de reavaliação e adaptação das diretrizes setoriais em novos planejamentos.

O projeto do Mapa foi desenvolvido coletivamente pela equipe da Bem TV, de Niterói, como parte de um eixo de ações investigativas da ONG sobre o mundo do trabalho e o mercado de comunicação. Além das iniciativas de pesquisa e capacitação, que abarcam de diagnósticos econômicos e sociais locais a programas de formação para audiovisual e tecnologias digitais, a instituição oferece serviços de assessoria e articulação de oportunidades para jovens e empresários locais através da *Central Solidária de Oportunidades*[5]; capacitações sociais e de gestão para outras organizações da sociedade civil e não governamentais voltadas à promoção da igualdade e gestão de recursos; além da incidência política junto a ações de interesse público, tendo sido reconhecida, em 2017, como Ponto de Cultura, no contexto

---

4 Fonte: https://oglobo.globo.com/rio/bairros/novo-secretario-de-cultura-de-niteroi--garante-construcao-de-centro-cultural-no-fonseca-23851179

5 Mais informações no link: http://www.bemtv.org.br/CSO2017/sobre

da Lei Cultura Viva.

Entre as últimas iniciativas desenvolvidas pela equipe estão as campanhas #QualPerfil?[6] e [r + H][7] Recursos + Humanos, projetos de mobilização da sociedade realizados em parceria com a Frente Papa Goiaba[8] em torno do impacto real do racismo estrutural e pela empregabilidade da juventude negra no mercado de trabalho.

O Mapa tem como objetivo **"mapear e qualificar, no município, atores e fluxos relacionados à produção, veiculação e distribuição de audiovisuais" de maneira a identificar potencialidades e possíveis desafios para a estruturação de um APL do setor**. Além disso, a partir da sistematização das informações recolhidas, será desenvolvido um banco de dados sobre o segmento, de maneira a tornar públicas algumas das informações recolhidas, viabilizando o desenvolvimento de outros projetos. Dois questionamentos principais norteiam as ações do Mapa: "o que é produzido em Niterói é visto pelos Niteroienses?" e "o que está sendo ofertado à população da cidade em termos de audiovisual?"; mas, para além disso, em consonância com os projetos da ONG e com estudos realizados

---

6 Mais informações disponíveis em: https://qualperfil.pluriverso.online/

7 Mais informações disponíveis em: https://qualperfil.pluriverso.online/r-m-humanos/

8 Mais informações disponíveis em: https://qualperfil.pluriverso.online/frente-papa-goiaba/#potencias

pela ANCINE em 2016, dados sobre faixa etária, renda e representatividade de gênero e raça na composição das empresas e equipes de projetos serão componentes essenciais do levantamento de informações.[9] Dentre os pontos de destaque para justificar a realização da pesquisa, a equipe aponta a presença de um dos cursos de cinema mais antigos do país em Cinema e Audiovisual, do Instituto de Artes e Comunicação Social/IACS da Universidade Federal Fluminense/UFF, a existência de um Núcleo de Produção Digital (NPD) e a veiculação de conteúdo realizado por produtores niteroienses sobre a cidade no Canal Futura, em 2009. A tríade de elementos demonstra uma reflexão guia do projeto que pretende analisar o setor a partir de sua cadeia produtiva, mapeando seus agentes a partir das etapas de realização audiovisual: formação, desenvolvimento, produção, distribuição, exibição e preservação.

O projeto foi viabilizado a partir de sua contemplação[10] pela Chamada Pública 003/2018 - Edital de Fomento ao Audiovisual, da Fundação de Arte de Niterói, em ação conjunta com o Ministério da Cultura e a ANCINE. Segundo Julia Correa Pacheco, Danielle Barreto Nigromonte e Lia Cabral Baron, equipe gestora responsável pela implementação e acompanhamento

---

9 Formulários da pesquisa disponibilizados no Anexo I.

10 Publicada no Diário Oficial de Niterói em 25/09/2018: DO: http://www.niteroi.rj.gov.br/downloads/do/2018/09_Set/25.pdf

das ações do programa, seu objetivo seria incidir como uma "ação programática de formação e capacitação de mão-de-obra específica" (CORREA PACHECO, NIGROMONTE e BARON, 2019. p 102)

A metodologia da pesquisa do Mapa do Audiovisual foi estruturada em três etapas, começando por uma revisão de literatura que tem como ponto de partida o ano de 2000, quando, segundo Lastres, a primeira ação em APL é incluída no Plano Plurianual do governo federal (LASTRES apud CARDOSO, CARNEIRO e RODRIGUES, 2014). Ressalta-se que a abordagem dos APLs enquanto mote, bem como das Políticas Culturais, das Indústrias Criativas e do Audiovisual integram campos plurais de estudo, abarcando os tópicos em Administração, Desenvolvimento Regional, Economia, Cultura e Comunicação.

Outros marcos são escolhidos em razão do impulsionamento da produção científica a respeito do tema, seja pela publicação de artigos, dissertações e teses, como o projeto "Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais em Áreas Intensivas em Cultura e Mobilizadoras do Desenvolvimento Social", coordenado pela Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist)/UFRJ e financiado pelo Sebrae Nacional, em 2008, a criação do APL de Porto Alegre/RS, em 2012. Em Niterói, o marco de início para o levantamento bibliográfico é o ano de 2007, no qual se deu início às atividades

do Fórum Cultural da cidade. Outros marcos referenciais locais são o lançamento da obra *Cinematographo Nictheroy*, pela Niterói Livros, de autoria do pesquisador Rafael de Luna Freire, que apresenta um resgate histórico dos espaços de exibição da cidade desde a chegada dos primeiros dispositivos de cinema no Brasil; a abertura de três espaços de exibição, respectivamente em 2014, 2016 e 2018: o Cine Arte UFF - paralisado por quatro anos para a realização de reformas estruturais - o Reserva Cultural, em São Domingos, e o multiplex Planet Cinema, em Itaipu; a sanção da Lei 3182/15, que cria o Sistema Municipal de Cultura de Niterói; e o lançamento do Programa Niterói Cidade do Audiovisual, em 2017.

A partir do levantamento bibliográfico, foram desenvolvidos quatro formulários de pesquisa, tendo como referência comparativa os documentos desenvolvidos pelo APL de Londrina e região, no Paraná, realizando-se as devidas adaptações regionais e ampliando o escopo das perguntas para abarcar todos os objetivos almejados no projeto, que inclui, além de pessoas físicas e jurídicas, instituições de ensino, organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil. Após cinco meses de divulgação dos formulários e envio de convite aos profissionais do setor para que participassem da coleta de dados, as informações foram sistematizadas e organizadas nesta publicação expositiva.

O primeiro capítulo apresenta um panorama legislativo e teórico a respeito dos arranjos produtivos e do setor audiovisual no Brasil e em Niterói, apoiado no levantamento bibliográfico da pesquisa, no relato dos profissionais da equipe da Bem TV e de representantes de algumas instituições-chave da cadeia audiovisual na cidade como a Sociedade Fluminense de Fotografia (SFF), o NPD e o Laboratório Universitário de Preservação Audiovisual (LUPA).

Já no segundo capítulo são apresentadas análises a respeito dos dados coletados pelos formulários, enquanto os apontamentos sobre subsídios para articulação e mútuo desenvolvimento dos agentes em cada etapa da cadeia produtiva do audiovisual na cidade são elencados nas considerações finais. A ordem da etapa expositiva dos resultados segue o movimento contrário da lógica produtiva tradicional em audiovisual, da preservação ao desenvolvimento em vez do desenvolvimento à preservação, para promover um entendimento sistêmico e integrado da cadeia e conferir um embasamento teórico e reflexivo mais fluido e de melhor compreensão para profissionais de fora dos campos de estudo considerados.

Os formulários de coleta de respostas estão elencados dentre os anexos da publicação, enquanto a metodologia de pesquisa precede cada etapa de exposição dos resultados.

1.

PANORAMA LEGISLATIVO, REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E MARCOS DO SETOR EM NITERÓI

Antes de se debruçar nas atividades e etapas dos agentes da cadeia produtiva do audiovisual, a equipe de pesquisa do Mapa do Audiovisual de Niterói foi confrontada com algumas questões que tensionam de antemão a possibilidade de organização de um arranjo produtivo local para o setor. A primeira delas se refere a como as instâncias governamentais lidam, na prática, com o conceito de APL em diferentes setores produtivos brasileiros, e particularmente com os projetos relacionados ao setor audiovisual em diferentes frentes de trabalho (educação, cultura, ciência e tecnologia). A segunda diz respeito à forma como as atividades audiovisuais se estruturaram e se industrializaram no país, da chegada dos primeiros dispositivos de captação e projeção cinematográfica no final do século XIX à consolidação de uma política de fomento e desenvolvimento do setor audiovisual levada a frente pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE).

É importante ressaltar que tanto no projeto constitutivo da Medida Provisória 2.228-1/2001, que criou a ANCINE, como alguns anos depois, em 2004, no debate sobre o anteprojeto para a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (ANCINAV) foi levantada a possibilidade de inclusão de todas as atividades audiovisuais no escopo da agência, que "passaria a incluir os serviços de radiodifusão, a distribuição de conteúdo audiovisual por serviço de telecomunicações e o mercado de vídeo doméstico" (ROSSATO, 2016. p 13). Sem regulação, o

acesso aos dados nesse escopo fica comprometido, de modo que as análises mais complexas sobre as áreas mapeadas nesta pesquisa se concentram nos produtos e serviços cinematográficos.

Em busca de respostas, apresenta-se a seguir um breve panorama histórico legislativo referente à estruturação de APLs, bem como a respeito das políticas de fomento à produção audiovisual brasileira em diferentes instâncias governamentais.

1.1 Arranjos Produtivos Locais

Ainda que se possa identificar aglomerações de atividades econômicas desde a Idade Média e a instalação específica de arranjos produtivos na Europa, desde as décadas de 1960 e 1970, na publicação da série Empreendimentos Coletivos - editada pelo SEBRAE e citada anteriormente - os pesquisadores apontam a associação do desenvolvimento de APLs, de modo geral, a "trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum" (CARDOSO, CARNEIRO e RODRIGUES, 2014. p 26).

A Promulgação da Constituição Brasileira de 1988 é considerada um marco nesse sentido no país, ao atribuir corresponsabilidade aos poderes locais quanto ao desenvolvimento

do território. Assim, pouco mais de uma década depois da promulgação da Carta Magna e sob forte influência do processo de globalização, os APLs são incorporados às ações do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e incluídos no Plano Plurianual de governo (PPA 2000-2003) (LASTRES apud CARDOSO, CARNEIRO e RODRIGUES, 2014).

Em 2004, a Portaria Interministerial nº 200 institui o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) com atribuições de identificação, proposição de ações conjuntas e sistematização de informações para o gerenciamento e promoção dos arranjos nacionalmente.

Alinhados a este intuito, pouco mais de uma década depois, profissionais do GTP APL e do MDIC elaboraram uma chamada pública de trabalhos científicos a serem apresentados na 7a Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais (CBAPL); em 2017, o conjunto de trabalhos é publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sob organização dos pesquisadores Carlos Wagner de A. Oliveira, José Augusto V. Costa, Gabriela Maretto Figueiredo, Alessandra Ribeiro de Moraes, Ricardo Batista Carneiro e Iedo Brito da Silva.

Ainda que apresente pontos de vista diversos a respeito do tema, a publicação como um todo ressalta a necessidade da

promoção de modelos locais de desenvolvimento para a promoção de avanços setoriais de forma nacional. Essa noção é reiterada desde o primeiro capítulo da publicação por Simonetti e Kamimura, que identificam as principais políticas públicas direcionadas aos APLs. Segundo elas "os APLs são mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores,"(SIMONETTI e KAMIMURA, 2017, p.22) atestando a importância de ações associativas e integrativas tanto nas etapas de planejamento como de execução. Ou seja, além da manutenção dos canais de comunicação por parte de cada agente, é importante que os mecanismos de participação social sejam ativos (e atrativos), além de realizados de maneira recorrente e com incidência variada (participativa, deliberativa, normativa e representativa). Quando exercida pelo governo, essa postura oferece "fatores cujo provimento extrapola em escala as possibilidades de obtenção a partir dos agentes locais, explorando o potencial de desenvolvimento existente na localidade" (idem p 27), incluindo aí esforços não apenas no que tange à administração pública, mas também à participação de atores econômicos privados

Em suma,

> "Os arranjos produtivos brasileiros, por si sós, não são capazes de promover um salto à consolidação, devido à cultura econômica, na qual a competição acirrada promove a estagnação e não o desenvolvimento regional. (...) é necessário

> criar as condições para que estes aglomerados edifiquem forças centrípetas benéficas ao desenvolvimento do capital social local, da capacidade de governança local e do próprio desenvolvimento econômico local, além de arbitrar a constituição de acordos territoriais, corroborando projetos que melhor acolham os interesses da coletividade" (idem p 27)

Para que se coloque essas ações em prática, é sugerida uma agenda pública em quatro etapas: "i) identificação de aglomerações produtivas; ii) diagnósticos das aglomerações identificadas; iii) classificação/taxonomia a partir dos diagnósticos; e iv) implementação da política de apoio ao desenvolvimento em casos selecionados" (idem p 28). São elencadas ainda diversas instituições públicas cujas linhas de ação devem convergir neste plano de ação, como o GTP APL, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), o Banco do Brasil, a Redesist, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o SEBRAE.

No segundo capítulo da publicação, Queiroz e Souza indicam a necessidade de se considerar as particularidades tanto do território como das atividades abrangidas por cada APL, de modo a não reduzir os arranjos à mesma lógica organizacional nem prospectar regras únicas e absolutas para seu funcionamento. Após apurar a origem das tipologias de outros agrupamentos econômicos (como os *clusters*) teorizados por

Marshall e Porter, e relacioná-los ao seu contexto de constituição, os pesquisadores retomam os escritos de Bellucci et al. (2014), para quem os APLs brasileiros já encontram-se numa "segunda geração, pós-consolidação do termo" (Bellucci apud QUEIROZ e SOUZA, 2017), na qual procura-se diversificar suas formas de incidência na sociedade, de participação dos agentes e integração com setores complementares. Em seguida, os pesquisadores retomam Fuini, segundo quem a Redesist - do Instituto de Economia (IE) da UFRJ - teve papel fundamental na identificação e sistematização das iniciativas em arranjos produtivos no Brasil a partir de suas ações de pesquisas, na década de 1990. Destaca-se a importância da realização de adaptações nas teorias nacional e internacional disponíveis, como ferramenta tanto de pesquisa como de implementação de práticas para o desenvolvimento, apontando-se ainda a existência de diversos "arranjos potenciais e informais espalhados pelo Brasil que ainda não são conhecidos no plano da investigação científica nem mesmo classificados assim pelas políticas públicas oficiais" (QUEIROZ e SOUZA, 2017, p 42)

A constituição do APL, para Lastres, parte de três princípios: a compreensão sobre o território e sobre as motivações para a formação de aglomerações; o reconhecimento dos diferenciais de cada atividade produtiva e inovativa, incluindo os modos de comprometimento e empenho dos atores com o arranjo; e o entendimento de que a potência e o alcance das ações

extrapolam o circuito de um único agente, mas envolvem e conectam-se com "uma série de outras atividades e organizações responsáveis pela assimilação, uso e disseminação de conhecimentos e capacitações produtivas e inovativas" (LASTRES et al apud QUEIROZ e SOUZA, 2017, p 42).

Dessa forma, os autores entendem que o desenvolvimento integrado é verificado "a partir das interações individuais com as inovações, o compartilhamento de experiências empíricas e implícitas, e o conhecimento científico disponíveis nesse meio" (QUEIROZ e SOUZA, 2017, p 44). Retomando Aziz e Norhashim (2008), os autores frisam ainda a imprescindibilidade de "similaridades, complementaridades e relacionamentos tanto competitivos quanto cooperativos." (idem) entre as partes envolvidas na cadeia produtiva para a eficiência do arranjo.

Por fim, a respeito do espectro político envolvido neste processo, é apontado que o investimento em APLs foi considerado pelo governo federal como uma estratégia de investimento especialmente em micro e pequenas empresas, uma vez que o desenvolvimento econômico e o estímulo à competitividade passa a ser atrelado ao aumento de demanda de profissionais e sua subsequente qualificação, em razão do aumento da oferta de postos de trabalho (FUINI apud QUEIROZ e SOUZA, 2017).

1.2 Cinema e Audiovisual

No campo dos estudos de comunicação, cinema e audiovisual nota-se a repetição de temas de debate específicos a cada ciclo produtivo: "a cada ciclo se repete a necessidade de discutir o papel do Estado, as instituições governamentais e as questões relacionadas à industrialização e ao imaginário" (ZAVERUCHA, apud BAHIA, p. 14).

Os textos constitutivos da base teórica de estudos sobre cinema e Estado são ainda recentes, uma vez que o reconhecimento do Estado enquanto agente na historiografia e cronologia regulatória completou há pouco 40 anos, tendo sido apontado em 1979 por Jean-Claude Bernardet na obra Cinema Brasileiro: propostas para uma história (AUTRAN apud ROSSATO, 2016). Dentre as publicações mais recentes sobre o tema estão os livros Discursos, política e ações; processos de industrialização do campo cinematográfico brasileiro" (2012), de Lia Bahia; "Políticas Públicas para o Audiovisual: o caso ANCINAV" (2014), de Marina Rossato; "Cinema Brasileiro a partir da retomada: aspectos econômicos e políticos" (2015), de Marcelo Ikeda; e "Uma nova política para o audiovisual: Agência Nacional do Cinema, os primeiros 15 anos" publicado pela própria equipe da ANCINE, em 2017.

Bahia apresenta um extenso panorama das investidas governamentais no sentido da industrialização do setor audiovisual brasileiro, de 1930 ao começo dos anos 2000. Desde o prefácio da publicação são apontados, segundo Vera Zaverucha, ex-diretora da ANCINE:

> dois pensamentos que até hoje permeiam os discursos do Estado e dos agentes do setor: o cinema como atividade privada, que precisa do Estado para regular o mercado, e o cinema claramente comprometido com a reflexão sobre o país e com questões culturais, que necessita do Estado para sua sobrevivência dentro do mercado. (ZAVERUCHA apud BAHIA, 2012. p 14)

Ademais da exposição sobre os modos de apropriação e financiamento da atividade audiovisual pelo poder público e pela iniciativa privada, desde a década de 1930, Bahia tece uma análise integrada sobre as instituições-chave no desenvolvimento do setor no Brasil, como o Instituto Nacional de Cinema (INC), a Embrafilme e a Rede Globo; além de marcos de mercado como a expansão e a digitalização do parque exibidor, a mudança do padrão de salas de cinema de rua para o multiplex, sua interferência no preço do ingresso, no perfil do público e na associação do cinema aos demais produtos culturais. De acordo com a pesquisadora,

> A história da indústria cultural no Brasil está intimamente ligada à construção do projeto de identidade nacional do Estado. É possível subdividir o processo de industrialização

> cultural em três etapas: anos 1930, quando as produções culturais eram restritas e atingiam um número limitado de pessoas; anos 1960 e 1970 (pós-64), quando o mercado cultural cresce e atinge um grande número de consumidores, com abrangência nacional; e pós-anos 90, momento em que o mercado de bens culturais se torna central no cotidiano da população nacional. (BAHIA, 2012. p 121)

Já Rossato e Ikeda, em suas obras acima citadas, dedicam-se à investigação sobre políticas públicas setoriais debatidas e implementadas no setor, desde os anos 1990. Enquanto Ikeda oferece uma análise do modelo estatal e seus impactos no mercado, Rossato resgata as bases teóricas constitutivas do anteprojeto de criação da Agência Nacional do Cinema e Audiovisual (ANCINAV) e os debates internos ao setor, tanto sobre a ampliação do escopo de ação da ANCINE como sobre as opções de subordinação governamental da agência dentre os Ministérios do governo.

Para melhor compreensão sobre os relatórios e dados presentes na publicação da ANCINE sobre seus 15 primeiros anos de trabalho, foi de fundamental apoio a consulta à obra "Desvendando a ANCINE", de Vera Zaverucha. No formato de manual, a ex-diretora da Agência dispõe de explicações minuciosas sobre os mecanismos regulatórios do setor, do registro de empresas e obras à tributação, com uma sessão à parte sobre o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), "programa sem

personalidade jurídica cuja secretaria executiva é a ANCINE e a instituição financeira principal o BNDES" (ZAVERUCHA, 2017 p 128).

Segundo a autora, a identificação e o desenvolvimento de arranjos produtivos regionais de produção audiovisual estão elencados entre os objetivos gerais do FSA, o que possibilitou o lançamento de duas chamadas de estímulo à produção regional pelo BNDES, uma voltada para Arranjos Regionais (Chamada Pública ANCINE 01/2014) e outra de Coinvestimentos Regionais (Chamada Pública ANCINE 01/2018), tendo esta última alocado recursos para a realização do 1º Edital de Fomento ao Audiovisual de Niterói, lançado em 2018.

Na Chamada Pública 01/2014 estava vedada a participação de municípios do interior dos estados, restringindo as inscrições a proponentes de órgãos da administração pública do Distrito Federal e das capitais. Visando a participação de produtores de sua região, o APL de audiovisual de Londrina apresentou um documento de identificação e diagnóstico das empresas da cidade à ANCINE, apresentando dados compilados a partir do Registro de Empresas Produtoras da Agência, da Associação dos Profissionais de Propaganda (APP) e do cadastro da Receita Federal de empresas com Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) relacionado ao setor audiovisual. Uma vez

identificadas, foi aplicado um questionário[11] junto às empresas no intuito de identificar potenciais e dificuldades do setor local, que terminaram por apontar o acesso aos recursos do FSA como principal obstáculo a ser enfrentado coletivamente.

Atualmente, o arranjo de Londrina concentra seus esforços na aprovação de um fundo municipal de cultura e no estímulo a projetos de coprodução entre produtoras e em associação com outros APLs locais, a exemplo da realização de games em parceria com o APL de Tecnologia da Informação[12]. Apesar de não ser uma instituição jurídica regulamentada, o APL funciona como um canal de comunicação e operacionalização para o acesso a recursos pelos produtores, tendo logrado a conclusão de todas as projeções levantadas pelo setor nos últimos dois anos.[13]

No artigo "Estudo sobre arranjo produtivo local transmídia no Brasil", Massarolo et al identificam outros APLs de áreas correlatas ao audiovisual no país, diferenciando-os quanto a suas estruturas institucionais:

---

11 Disponíveis em http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=29724%3Aapl-audiovisual-prepara-diagnostico-sobre-o-setor&catid=-108%3Adestaques&Itemid=1

12 Mais informações em http://www.apltilondrina.com.br/

13 De acordo com Guilherme Peraro, presidente do APL, em entrevista à equipe do Mapa do Audiovisual de Niterói.

> O Porto Digital em Recife (PE), o Polo Audiovisual da Zona da Mata (MG) a APL Audiovisual Rio Grande do Sul e a APL Audiovisual de Natal (RN), são estruturas criadas com apoio de iniciativas do terceiro setor. APL de Audiovisual e Games de Goiânia (GO), em Goiás, foi implementada através do apoio de Secretarias de Tecnologia e Universidades. Por outro lado, a Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo (Spcine) segue o modelo de fomento estatal e ações governamentais permitiram a retomada do Polo de São Bernardo do Campo (SP), com a criação da APL Design, Audiovisual e Economia Criativa do ABC. (Massarolo et al, 2016 p 4)

Para verificar o andamento de cada uma dessas iniciativas, foi levantado o status de trabalho de cada um dos APLs citados, procurando-se identificar padrões a respeito da participação de iniciativas do terceiro setor e do poder público na continuidade dos projetos. Nota-se que, à exceção da SPCine, criada por Lei, todas as demais aglomerações em audiovisual geridas unicamente por órgãos públicos (APL do RS[14], gerido pela FUNDACINE[15]; APL de Goiânia/GO, gerido por laboratório Medialab da Universidade Federal de Goiás; e APL do ABC, gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo da Prefeitura de São Bernardo do Campo) tiveram suas atividades encerradas ou interrompidas, sendo os últimos convertidos, ao menos por ora, a veículos de divulgação de no-

---

14 Mais informações em http://aplaudiovisual.org.br/

15 Mais informações em http://www.fundacine.org.br/projetos/arranjo-produtivo-local-do-audiovisual--apl

tícias sobre o setor. Em suas páginas institucionais online, tanto o Porto Digital[16], de Recife/PE, quanto o Pólo Audiovisual[17] da Zona da Mata/MG indicam forte participação da sociedade civil na estrutura organizacional. O Porto Digital é liderado por um núcleo gestor institucionalmente enquadrado como Organização Social (associação civil sem fins lucrativos), enquanto o Pólo Audiovisual da Zona da Mata é liderado pela sociedade civil em parceria com a iniciativa privada, nominalmente a "Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho e do Instituto Fábrica do Futuro, tendo como parceiros estratégicos o Sebrae MG e empresa ENERGISA." (Plano de Desenvolvimento do APL Zona da Mata/MG, 2014)[18].

No Rio de Janeiro, a incubadora RJ Criativo[19] (ex-Rio Criativo) pode ser apontada como uma política pública levada a cabo em consonância a estes APLs. O projeto da Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa (SECEC-RJ) promove, desde 2008, ciclos formativos e workshops, além de ciclos de incubação para empresas. Nestes últimos, fora o oferecimento de treinamentos para as equipes, empenha-se em desenvolver redes de apoio a partir de pontes com profissionais externos

---

16 Mais informações em https://www.portodigital.org/home

17 Mais informações em http://poloaudiovisual.org.br/

18 Disponível em http://www.poloaudiovisual.org.br/Plano_de_Desenvolvimento_do_Arranjo_Produtivo_Local_-_APL_Polo_Audiovisual_jun_2015.pdf

19 Mais informações em http://riocriativo.com/

à equipe e referências na área, bem como intersecções entre áreas distintas do setor criativo (música, moda, gastronomia, audiovisual, design, entre outras), no intuito de levantar possíveis soluções para problemas comuns.

Em outras cidades do Estado do Rio, como Maricá e Nova Friburgo, o desenvolvimento do setor audiovisual tem sido conduzido pelo poder público. Em Maricá, as ações da prefeitura se desdobram em três eixos: capacitação, inclusão social (projetos de cinema itinerante a céu aberto) e indústria (film commission, editais e futuro pólo audiovisual), enquanto em Nova Friburgo a governança local se articulou com outros municípios da região (Petrópolis, Teresópolis, Lumiar, Cordeiro, entre outros) e lançou um pólo unificado para realização do acolhimento às produções e mapeamento de profissionais e empresas do setor: o SerraAção[20].

Além dos aglomerados produtivos, a equipe do Mapa do Audiovisual de Niterói pôde possível identificar algumas iniciativas de mapeamentos do setor ao longo da pesquisa, alguns de autoria da gestão pública, como os mapas de complexos cinematográficos[21] e mostras e festivais[22] realizados pela ANCINE; e outros de livre iniciativa de profissionais do setor, como o ma-

20 Mais informações em https://serraacao.com.br/

21 Disponível em https://www.ancine.gov.br/pt-br/mapa-de-complexos

22 Disponível em https://www.ancine.gov.br/mapa-de-mostras-e-festivais

peamento de empresas produtoras e escolas de efeitos especiais (VFX) no Brasil[23] e no Mundo[24] e o Mapa do Cinema Negro no Brasil[25], realizado pela Mostra Negritude Infinita.

1.3 Em Niterói: dentro e fora dos muros da UFF

Enquanto uma das principais referências em formação e produção audiovisual no Brasil, o curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense poderia por si só ser tema para uma pesquisa à parte especializada. Reconhecido em 2019 como Patrimônio Cultural Imaterial da cidade[26] de Niterói (Lei 3.439/2019), o curso deu início às suas atividades como uma habilitação da graduação em Comunicação Social, em 1968. Em 2008, passou a ser um Bacharelado autônomo e, em 2012, foi inaugurada uma habilitação em Licenciatura, até então inédita nas instituições de ensino superior, que possibilita a formação de professores para o ensino de cinema na Educação Básica. Esse movimento vai de acordo a marcos legislativos subsequentes no campo da Educação, como a promulgação da Lei 13.006/2014, que institui a obrigatoriedade de exibição de conteúdo audiovisual brasileiro por duas horas mensais nas

---

23 Disponível em https://tinyurl.com/yxkua5xg

24 Disponível em https://goo.gl/T92Yjy

25 Disponível em https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1qhiiboG5ttIu7AwPGj-fADLNas6gvfRru&usp=sharing

26 Fonte: https://www.atribunarj.com.br/faculdade-de-cinema-da-uff-passa-ser-patrimonio-cultural-de-niteroi/. Acesso em Nov/2019

escolas; e o encaminhamento à CAPES pelo Presidente da Câmara de Educação Básica, o sr. Ivan Cláudio Pereira Siqueira, de um ofício em reconhecimento à legitimidade da participação de egressos da Licenciatura em Cinema da UFF em editais relacionados às competências da Base Nacional Curricular Comum para o componente ARTE (Arte Visual).

Ao longo dos 51 anos de atividades, o curso de Cinema e Audiovisual pôde contar com profissionais de grande notoriedade para o campo em sua grade curricular, como pesquisadores, gestores públicos e técnicos com experiência de mercado. As grades curriculares tanto do Bacharelado quanto da Licenciatura proporcionam estudos de ordem prática e teórica de maneira equilibrada, bem como um espectro amplo de áreas da cadeia audiovisual, do desenvolvimento de roteiros e projetos à preservação audiovisual.

Além dos cursos de graduação, inúmeros laboratórios (Laboratório de História Oral e Imagem[27], Laboratório de Investigação Audiovisual[28], Laboratório Universitário de Preservação Audiovisual[29], Kumã[30], Aesthesis[31], Laboratório de

27 http://www.labhoi.uff.br/

28 http://www.lia.uff.br/

29 http://www.cinevi.uff.br/lupa/

30 http://www.inventarcomadiferenca.org/

31 http://www.designvisual.uff.br/

Audiodescrição[32]), projetos de extensão (Cineclube Sala Escura, Série Clube, entre outros) parcerias para Pesquisa e Práticas de Ensino, eventos universitários (Réseau Universitaire International de Création Numérique - RUN[33] e Semana Universitária do Audiovisual, respectivamente em 2013 e 2018) e parcerias institucionais poderiam ser citados na abrangência do universo representado pela universidade, tanto no âmbito da graduação como da pós-graduação, tanto a nível nacional como internacional.

Tamanha é a quantidade de iniciativas e frentes de ação da universidade que separar as ações "independentes" se constitui um desafio. Diversas organizações e empresas da cidade trazem, na memória de seus representantes, o impulso de emancipação da universidade e formalização institucional como estratégia para projetos que tiveram seu início na universidade, para que não ficassem a mercê do calendário escolar e da transição dos alunos pela instituição, como é o caso da própria Bem TV. Entretanto, o trabalho de compilação de iniciativas da sociedade civil em audiovisual de forma mais ampla demandaria um esforço coletivo de resgate da memória e da documentação correlata a ser levado a cabo no futuro.

---

32 https://www.facebook.com/lab.audiodescricao

33 http://www.noticias.uff.br/noticias/2013/07/evento-run.php

O recorte de qualquer incursão historiográfica nesse sentido é facilitado, em parte, pelo aspecto do desenvolvimento tecnológico que permeia o setor audiovisual. A transição da captação em película para suportes electromagnéticos como o VHS, super VHS ou Mini DV reduziu em muito o aparato necessário para a captação de imagens em movimento e som, sendo radicalizada nos anos 2000, com o cinema digital. Desde os anos 1980, pelo menos, que a mobilidade oferecida pelo vídeo permite outros olhares que não o da mídia hegemônica acessem meios para produzir conteúdos com outros objetivos, com implicações de relevância social e incidência política. Em artigo publicado em 2015, na revista Esferas, é possível vislumbrar esse contexto de trocas e diálogos propiciados na eventualidade dos registros de eventos protagonizados pelos movimentos sociais e sindicatos, a exemplo do Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat),

> que fundou em 1983 a Central Única dos Trabalhadores (CUT), nos estúdios abandonados da Vera Cruz[34], em São Bernardo do Campo. A experiência reuniu várias câmeras e pontos de vistas, captando diferentes reações dos participantes diante dos acontecimentos. Diferentes iniciativas semelhantes foram realizadas naquele ano e no posterior, como mostras de filmes e o lançamento do periódico Bole-

34 A Companhia Cinematográfica Vera Cruz foi uma das grandes produtoras no Brasil apesar de sua breve atividade na produção de filmes, entre 1949 e 1954. Fundada por empresários italianos, foi responsável pela produção de títulos notáveis na história do cinema brasileiro como O Cangaceiro (1952) de Lima Barreto.

> tim do Vídeo Popular (anteriormente, Boletim Vídeo Clat). Em 1984, durante o Primeiro Encontro Nacional de Grupos Produtores de Vídeo no Movimento Popular, é fundada uma associação, chamada primeiramente Associação Brasileira de Vídeo no Movimento Popular (ABVMP) e, posteriormente, Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP). (SOTOMAYOR, 2015 p 184)

Apesar de seu precoce fim, em 2006, devido a dificuldades na captação de recursos, por anos a ABVP funcionou como central de articulação e compilação de conteúdos produzidos pelos movimentos sociais, apoiando o desenvolvimento de TVs comunitárias e organizações da sociedade civil.

Uma das iniciativas apoiadas pela ABVP em Niterói foi a ONG Bem TV, inaugurada em 1992 - apesar do princípio de alguns projetos datarem de 1990 - quando os profissionais da instituição ainda eram estudantes de graduação em Comunicação Social. A Bem TV é uma organização sem fins lucrativos que proporciona ações em mídia e educação junto a jovens e adolescentes nos territórios populares de Niterói e São Gonçalo, tendo sido reconhecida como Ponto de Cultura, em 2017. Segundo uma de suas fundadoras, Márcia Corrêa, a proposta inicial da instituição era realizar trabalhos sociais através da comunicação, tendo como referência outros grupos que trabalhavam em comunidades periféricas com produção audiovisual como a TV Viva, em Recife, e as TVs Maxambomba, Maré, Santa Marta e Vidigal, no Rio.

Em 1995, com a promulgação da Lei do Cabo (Lei 8.977/1995), foi determinada a abertura de canais de acesso público, como os canais universitários, a TV Senado, TV Câmara, TV Alerj, e a própria TV Comunitária de Niterói[35]. A partir daí, o trabalho realizado pela Bem TV de captação e exibição audiovisual em vias públicas passou a ser denominado TV de Rua, seguindo atuante, até os anos 2000, nas comunidades da Caixa d'Água e Preventório. A partir de então, em decorrência da participação da ONG no Preventório 21, projeto de constituição da Agenda 21 (proposta da Eco 92) no Morro do Preventório, a Bem TV passa a promover oficinas em audiovisual, projetos culturais e mobilização em prol do desenvolvimento comunitário, estando mais presente em espaços civis de incidência política como fóruns e conselhos municipais, nas frentes de educação, juventude e, eventualmente, cultura.

Niterói pode ser considerada como um território muito fortuito à participação social na governança. Além de contar com 20 Conselhos Municipais[36], sendo a metade de caráter deliberativo, e uma Escola de Governo e Gestão desde 2017, a ges-

---

35 Não foi possível identificar se a TV Comunitária de Niterói segue em funcionamento,uma vez que não há produção inédita de conteúdos em suas redes de comunicação. Foram levantados dois canais no Youtube (https://www.youtube.com/channel/UCXnXYy-qInJflePGCq4MWBcw e https://www.youtube.com/channel/UCf-I7oODWO1H8bAlkqmj-Qg) e uma página nas redes sociais, sem atualizações desde 2015 (https://www.facebook.com/TV-Comunit%C3%A1ria-de-Niter%C3%B3i-264030707107768/).

36 Fonte: http://transparencia.niteroi.rj.gov.br/Conselhos-Municipais/conselhos-municipais.html

tão municipal tem investido, desde 2013, na construção de um Plano Estratégico de Desenvolvimento, com ampla divulgação e participação da sociedade civil.

Na cidade, os temas relacionados ao audiovisual são debatidos dentro do escopo do Conselho Municipal de Cultura, instituído pela primeira vez em 2007 (Lei 2489/2007), como órgão de caráter consultivo (ainda que atualmente tenha sido convertido a deliberativo) e incentivador das atividades culturais no município.

> Em março de 2008, foi realizada a I Conferência de Cultura de Niterói, que contribuiu com uma série de diretrizes apresentadas por diversos setores da área cultural e da sociedade civil organizada. Em abril de 2009, ocorreu a I Eleição do CMCN [Conselho Municipal de Cultura de Niterói] e em outubro do mesmo ano a II Conferência Municipal de Cultura, que também elaborou uma série de diretrizes que somadas às da I e III Conferências devem orientar a criação do Plano Municipal de Cultura. (...)
>
> Uma das tarefas do CMCN é adequar a Lei Municipal n° 2489, de 26 de novembro de 2007, que criou o Conselho, às prerrogativas recomendadas pelo Ministério da Cultura para os municípios brasileiros. Um dos pontos de destaque é que o CMCN deve ser transformado em instância deliberativa, estabelecendo novos mecanismos de gestão pública das políticas culturais, criando assim novas instâncias efetivas de participação de todos os segmentos sociais atuantes na área cultural. O conjunto de leis apelidadas de "CPF da Cultura",

> sigla correspondente aos seguintes componentes: Conselho Municipal de Política Cultural, Plano Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura, diz respeito a alguns dos elementos básicos do SMC. (Grupo de Trabalho de Mobilização do Conselho Municipal de Cultura da Niterói, 2013 p 5)[37]

Em 2013, é realizada a III Conferência Municipal de Cultura (CMC), com o tema "Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Municipal de Cultura"[38], com o intuito de informar e trazer para debate algumas questões relacionadas aos processos de aperfeiçoamento do Sistema Municipal e sua adesão ao Sistema Nacional de Cultura, à época firmado em acordo entre a Prefeitura de Niterói e o Ministério da Cultura (MinC). A partir deste ano, as atas tanto do Conselho Municipal de Cultura da cidade como relatórios das Câmaras Setoriais (Audiovisual, Música, Circo, Dança, etc) e outros documentos (regulamentos, leis e deliberações da gestão em posse) passam a constar no endereço eletrônico da FAN[39].

Dois anos depois, em 2015, a Lei Municipal de Incentivo à Cultura é aprovada pelo poder executivo municipal, de modo a instituir o mecanismo de financiamento à projetos culturais via renúncia fiscal. A aprovação, em Novembro, leva a pauta à

---

37 Disponível em https://culturaniteroi.com.br/smc/arq/rumoaosmc.pdf. Acesso em 26/11/2019

38 Fonte: https://www.guiadeniteroi.com/conferencia-que-debate-os-desafios-do--sistema-municipal-de-cultura/

39 Disponíveis em http://culturaniteroi.com.br/blog/?id=1447

IV Conferência Municipal de Cultura, na qual tinha-se como objetivo a compilação das propostas das Câmaras Setoriais para o desenvolvimento do Plano Municipal de Cultura. Ademais das imagens de divulgação[40] e um texto informativo[41] (sem data) na página da FAN, não restam outros documentos para fundamentar estudos sobre o histórico das conferências, uma vez que tanto o Regimento Interno da IV CMC como a Listagem final dos delegados não constam mais no site.

Em Setembro de 2017, é lançado o Programa Niterói Cidade do Audiovisual (PNCA), uma ação interfederativa entre o município de Niterói, o MinC e a ANCINE. Segundo artigo publicado na revista Lexcult, de autoria das gestoras responsáveis pela execução e acompanhamento do programa, este configuraria como uma política cultural específica para o setor, que abarcasse um conjunto de ações em toda a cadeia produtiva. Até então as ações em audiovisual no âmbito municipal se davam de maneira esparsa, ora por iniciativa (ou com apoio) da Niterói Filmes, selo da FAN criado em 2007, ou do Núcleo de Produção Digital de Niterói (NPD), criado em 2009 (PACHECO; NIGROMONTE; BARON, 2019).

A princípio, as ações estratégicas previstas pelo Programa foram organizadas em oito itens:

---

40 Disponível em https://culturaniteroi.com.br/blog/?id=1775&equ=smc

41 Disponível em https://culturaniteroi.com.br/blog/?id=1769

> I) o Edital de Fomento ao Audiovisual; II) o programa de formação e preservação; III) o incentivo tributário ao setor; IV) a concepção, implementação e gestão do Museu do Cinema Brasileiro; V) o incentivo a mostras e festivais de audiovisual; VI) a criação da Niterói Film Commission; VII) o Festival Internacional de Cinema dos BRICS (4ª edição); VIII) o Festival Internacional del Nuevo Cine Latinoamericano em Niterói e demais ações de cooperação com o cinema cubano (idem p 103).

Ao longo de 2018 e 2019, porém, foram realizadas algumas adaptações nos eixos de ação, com a saída da realização do *Festival Internacional del Nuevo Cine* e das ações de cooperação com o cinema cubano e a entrada da Candidatura de Niterói à Rede de Cidades Criativas, da Unesco, com o objetivo de integrar a cidade a "uma rede de 180 cidades no mundo que se compromete em desenvolver e compartilhar bons costumes inovadores para promover as indústrias criativas, fortalecer a participação na vida cultural e integrar a cultura às políticas de desenvolvimento urbano sustentável" (FAN, 2019)[42]. Com o encerramento da edição do 4º Festival Internacional de Cinema dos BRICS é de se esperar que essa ação seja substituída ou suprimida do Programa, enquanto as demais ações seguem em andamento apesar da retirada do apoio da ANCINE na complementação de recursos ao Edital de Fomento ao Audiovisual a partir de sua segunda edição, em 2019.

---

42 Disponível em http://culturaniteroi.com.br/niteroiaudiovisual/sobrenos.php. Acesso em 12/2019

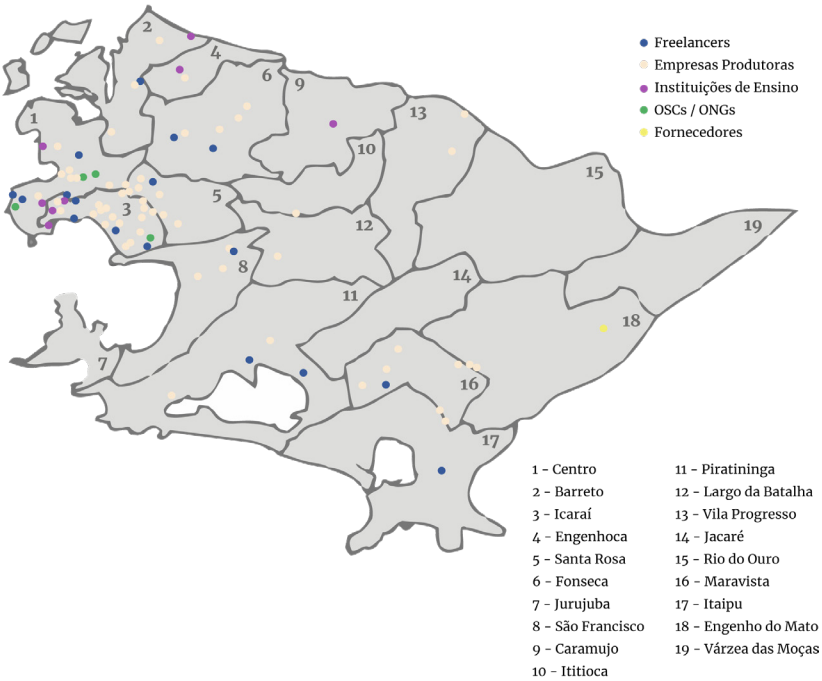
Por fim, também em 2019, é realizada a V Conferência Municipal de Cultura, juntamente do Seminário Cultura e Democracia[43], no qual foram levantadas as metas das 15 Câmaras Setoriais para as ações da SMC em 2020, além de diversas ações político-culturais responsivas à conjuntura nacional da Cultura no Brasil.

43 Mais informações em https://culturaniteroi.com.br/blog/?id=4529&equ=cultura

2.

PERFIL DOS PROFISSIONAIS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM NITERÓI

Mapa do Audiovisual de Niterói



O projeto do Mapa do Audiovisual de Niterói foi desenvolvido para contemplar uma demanda de desenvolvimento integrado do setor a partir da confluência de interesses dos agentes dessa cadeia produtiva em Niterói; sejam estudantes, profissionais, empresários, instituições de ensino, organizações não-governamentais ou organizações da sociedade civil. A partir desse entendimento do setor enquanto cadeia produtiva, a equipe do Mapa concentrou-se na investigação sobre a natureza das relações entre pessoas e empresas com o setor,

não necessariamente pelo segmento de atividade (produtores, distribuidores e exibidores) ou serviço (diretores, fotógrafos ou cenógrafos, por exemplo).

A identificação e realização de entrevistas com representantes de outras iniciativas de constituição de APLs em audiovisual no Brasil - a exemplo do arranjo do RS, gerido pela FUNDACINE[44], e dos produtores audiovisuais de Londrina[45], no PR - propiciou à equipe prévias de modelos de formulários nas quais o Mapa do Audiovisual de Niterói pôde se basear. O processo de elaboração dos formulários procurou traçar, a partir disso, um perfil das empresas e prestadores de serviço, sejam estes formalizados como pessoa jurídica ou não. Caso já estivessem formalizados, além das informações institucionais como o período de atuação da empresa no mercado e porte por faturamento, foi levantado o quão integrada à rede produtiva e às instâncias representativas setoriais as empresas se encontram. Para tanto, foi questionado se possuíam registro junto à ANCINE e às demais associações de profissionais, como sindicatos, a associação Brasil Audiovisual Independente (BRAVI) e outros coletivos (Coletivo das Diretoras de Fotografia do Brasil - DAFB e Associação Brasileira de Documentaristas - ABD, por exemplo); a média de projetos realizados anualmente, suas

---

44 http://aplaudiovisual.org.br/conteudos/

45 http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=29724:apl-audiovisual-prepara-diagnostico-sobre-o-setor&catid=108:destaques

principais fontes de financiamento, e o número de projetos enviados e aprovados em editais municipais, estaduais e federais; além da participação dos sócios em festivais e rodadas de negócio, a trajetória formativa de sócios e equipe, as capacitações das quais sentem falta e por fim quais aspectos são mais relevantes no momento de contratação de novos profissionais e as habilitações mais difíceis de serem localizadas e contratadas na região.

No caso dos profissionais pessoas físicas concentramo-nos nas áreas técnicas nas quais estes desenvolvem suas atividades, nos modos de trabalho e contratação, na trajetória formativa, no quanto os ganhos com atividades em audiovisual representam para a renda dos profissionais e na sua participação em coletivos com engajamento político-social locais.

A partir da leitura das notas técnicas do projeto de pesquisa "Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais em Áreas Intensivas em Cultura e Mobilizadoras do Desenvolvimento Social" (2008) realizado pela Redesist/UFRJ com apoio do SEBRAE, mas também em razão das atividades desempenhadas pela própria Bem TV e por características particulares da cidade de Niterói, como a oferta do curso de Licenciatura em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal Fluminense, reconhecemos a importância de que o levantamento de dados fosse amplo e receptivo à participação de representantes de instituições de

ensino e organizações da sociedade civil, de modo que foram desenvolvidos dois outros formulários a serem aplicados junto a estas iniciativas. Quanto às primeiras, interessava identificar aproximações dessas organizações às produtoras de audiovisual e quanto às instituições de ensino interessava a forma de abordar o audiovisual no currículo e constatar se as instituições mantinham um acompanhamento da situação profissional dos egressos na área audiovisual ou se promovem a inserção dos alunos no mercado de alguma forma.

Uma vez definidos quais os aspectos de interesse para o mapeamento e desenvolvidos os formulários de coleta de dados, foi solicitado o acesso aos bancos de informações de órgãos qualificados e relevantes para o setor como a ANCINE, a Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa do RJ (SECEC RJ) e a Fundação de Arte de Niterói (FAN).

A Agência Nacional disponibilizou os registros de pessoas jurídicas cadastradas em seu sistema com sede em Niterói, o qual não inclui informações de contato, nome fantasia ou site/portfólio, demandando uma pesquisa individual pelo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), via Receita Federal, para que pudéssemos ter acesso aos dados de contato e só então ter como convidar seus sócios ou representantes para preencher o formulário.

Em 2019, a Secretaria Estadual de Cultura do RJ foi reformulada para contemplar o leque de atividades institucionalmente abarcadas pela Economia Criativa. No novo site, porém, todo o histórico de projetos contemplados pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura foi tirado do ar, restando publicados apenas os projetos contemplados em 2019, com seus respectivos orçamentos e publicações no Diário Oficial anexados, mas sem vestígios de qualquer Edital ou Chamada Pública realizados pelas gestões anteriores. Dos 29 projetos financiados este ano, 4 incluem atividades em audiovisual: o Festival Varilux de Cinema Francês, o Cine Out Kids, a Game XP 2019 e o Rio2C | Rio Content Market 2019. À exceção do Festival Varilux, cuja programação foi exibida em 75 cidades distribuídas por 24 estados e Distrito Federal (incluindo Niterói e outras 11 cidades do Estado do RJ), os demais 3 eventos foram realizados na capital fluminense.

Na instância municipal, a equipe do Programa Niterói Cidade do Audiovisual e da FAN cedeu ao Mapa a relação de proponentes de projetos nas Chamadas Públicas do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura (SIMFIC) de 2017, e do Edital do Audiovisual de 2018, com informações de contato e, no caso do último, as fichas de respostas de um questionário aplicado aos proponentes no momento da inscrição, transcrito e sistematizado em banco de dados pela equipe do Mapa do Audiovisual. Este questionário era composto por 25 perguntas que procuravam diagnosticar a situação atual das empresas, men-

surando sua proximidade com editais e chamadas públicas, o tempo de atuação e características de sua produção (se eram pagas ou gratuitas, se restritas a um único município, além da demanda por capacitações e contribuições dos produtores para as próximas edições do próprio Edital).

A partir daí a coleta de informações foi realizada através da divulgação dos formulários via contato direto com as empresas produtoras que constavam nas listas da ANCINE e FAN, redes sociais - em grupos temáticos de profissionais para coberturas de eventos e de alunos de Cinema e Audiovisual - além de listas de e-mail do setor. Concomitantemente foram realizadas entrevistas com os órgãos e instituições públicas municipais específicas e relacionadas ao setor como o Núcleo de Cineclubes de Niterói (Nucini), o Núcleo de Produção Digital (NPD) e o Laboratório Universitário de Preservação audiovisual (LUPA).

A exemplo dos esforços da equipe do APL Audiovisual de Londrina, uma terceira base de dados a ser consultada seriam as empresas cujo Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) contemple atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão, gravação de som e edição de música (J 59); atividades de rádio e televisão (J 60); telecomunicações (J 61) e serviços correlatos abarcados pela indústria audiovisual como transporte, fornecedores de equipamentos e

alimentação, acervos de figurino e cenários, entre outros. Por ser uma demanda muito além da capacidade da equipe envolvida na produção do Mapa, optamos por centrar-nos nas planilhas às quais já tínhamos acesso e empenhar nossos esforços em entrar em contato com o máximo de produtores já elencados, empenhando-nos em levantar as redes de fornecedores por indicação direta dos produtores em vez de uma consulta ampla a todas as empresas que proveem estes serviços.

2.1 Alcance e intersecções de resultados nas respostas aos formulários

Em quatro meses de divulgação foram recebidas 75 respostas aos formulários do Mapa, sendo que 17 representantes deste grupo já tinham respondido ao questionário do Edital do Audiovisual da FAN. O universo de respostas possíveis e a quantidade de respostas aos formulários por segmento estão explicitados conforme as tabelas a seguir:

Tabela 1: Número de registros nos bancos da dados concedidos pela ANCINE e FAN	
Registro da ANCINE: empresas produtoras com sede em Niterói	74*
Proponentes de projetos de audiovisual** na Lei de Incentivo à Cultura (2017) da FAN	45
Proponentes de Niterói inscritos no Edital do Audio-visual (2018) da FAN	44
TOTAL: 163	

* Número total de registros fornecidos pela Coordenação de Registro e Classificação de Agentes Econômicos - CRE em 07/2019.

** De um total de 216 projetos - **de 181 proponentes** - inscritos no SIMFIC em 2017.

.

Tabela 2: Número de respostas recebidas por tipo de formulário	
Quantidade de respostas recebidas no formulário do Mapa AV destinado a Empresas e Pessoas Jurídicas	26
Quantidade de respostas recebidas no formulário do Mapa AV destinado a Pessoas Físicas	41
Quantidade de respostas recebidas no formulário do Mapa AV destinado a Instituições de Ensino	4
Respostas ao formulário do Mapa AV destinado a Organizações da Sociedade Civil e Organizações Não-Governamentais	4
TOTAL: 75	

Tabela 3: Reincidências entre bancos de dados e nas respostas aos formulários

-	Registro da ANCINE: empresas produtoras com sede em Niterói	Proponentes de projetos de audiovisual no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura de Niterói SIMFIC (2017)	Proponentes de Niterói inscritos no Edital do Audiovisual (2018)
Registro da ANCINE: empresas produtoras com sede em Niterói	-	6	13
Proponentes de projetos de audiovisual no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura de Niterói SIMFIC (2017)	6	-	10
Proponentes de Niterói inscritos no Edital do Audiovisual (2018)	13	10	-
Respostas ao formulário do Mapa AV destinado a Empresas e Pessoas Jurídicas	17	7	8
Respostas ao formulário do Mapa AV destinado a Pessoas Físicas	3*	8	5
Respostas ao formulário do Mapa AV destinado a Instituições de Ensino	1	1	1
Respostas ao formulário do Mapa AV destinado a Organizações da Sociedade Civil e Organizações Não-Governamentais	1	3	4

* ANCINE não disponibilizou as informações de cadastro de Pessoas Físicas.

Os formulários do Mapa do Audiovisual receberam respostas no período de 14 de Maio a 11 de Outubro de 2019, ao longo destes cinco meses a iniciativa foi divulgada via redes sociais da Bem TV e enviada diretamente aos números e e-mails de contato indicados dos produtores proponentes de projetos de audiovisual dos bancos de dados da FAN (Sistema Municipal de Financiamento à Cultura de 2017, e Edital do Audiovisual de 2018), com reforço via Whatsapp e contato telefônico solicitando sua participação.

Como mencionado, dentre os 44 proponentes de projetos no Edital do Audiovisual com sede em Niterói, 17 aceitaram participar do levantamento de dados do Mapa, 1 pessoa manifestou não querer participar do diagnóstico, enquanto as demais 26, apesar de terem recebido sucessivos convites e textos informativos acerca da proposta, não se manifestaram.

A análise sobre a frequência de atualização e reincidências de registros entre os bancos de dados fornecidos evidencia alguns aspectos, tanto sobre a manutenção de bancos de dados setoriais como sobre a participação e confiança dos profissionais da área nos órgãos institucionais e nas iniciativas independentes de desenvolvimento, que se refletem nos índices de alcance do mapeamento.

Por exemplo, 13 empresas, dentre os 74 registros com indicação de sede em Niterói no banco da dados da ANCINE, ao passarem por consulta da situação do CNPJ via site da Receita Federal encontram-se em situação de baixa ou com mudança de sede para outro município; outras 6, apesar de manterem-se ativas economicamente e com sede em Niterói, mudaram seu escopo de atividades ou não têm mais interesse em realizar projetos audiovisuais. Desse modo, 19 registros (13 desatualizados quando a situação da empresa e 6 desatualizados quanto ao local), ou 25,6% dessa lista, foram descartados das considerações finais.

Vale lembrar que este registro foi regulamentado em 2002, pela Instrução Normativa nº 2, sendo imperativo para que as empresas estabeleçam qualquer forma de relacionamento com a ANCINE. A Agência media desde a proposição e seleção de projetos em editais de fomento direto, passando pela autorização para captação de recursos, ou seja, para acesso a recursos de fomento indireto - como mecanismos de renúncia fiscal (Lei Federal 8.685/93, também conhecida como Lei do Audiovisual) - até o registro de obras audiovisuais para exibição pública. Por ser isento de custos de manutenção e pelo fato de apenas o produtor ser, a princípio, a parte que pode vir a ser prejudicada se o registro estiver desatualizado, não há grande incentivo ou demanda por sua atualização.

Ao observar ainda que apenas 14 proponentes, dentre as 44 empresas com sede em Niterói que inscreveram projetos no Edital de Audiovisual da FAN, possuem esse registro na ANCINE (ou seja, aproximadamente 30%) é nítida a existência de grande distância entre o escopo de atividades desenvolvidas por essas produtoras e os mecanismos nacionais de fomento e regulação. Uma explicação possível é o enfoque de trabalho em produtos para mídias não regulamentadas pela Agência como plataformas online, vídeos institucionais e outros conteúdos de circulação privada, mas é imperativo que o aumento da produção local e o acesso a financiamento e às janelas de exibição como o cinema e a televisão passa por um incentivo e capacitação desses produtores a conhecerem os mecanismos da ANCINE.

O fato de apenas 6 proponentes de projetos para captação via SIMFIC terem registro na ANCINE corrobora em parte com essas sugestões explicativas, pois os projetos de gravação audiovisual representavam menos de 10% das propostas inscritas (20 de 216) e foi aceito que Pessoas Físicas fossem proponentes. Ainda que a ANCINE mantenha também um registro de pessoas físicas esses dados não foram disponibilizados à equipe do Mapa do Audiovisual, sob justificativa dos dados de contato desse registros serem referentes a endereços de correspondência, não de residência ou trabalho; foi informado ainda à equipe do Mapa que o registro de Pessoas Físicas não é restrito às qualidades de produtor Audiovisual, mas sim de detentores de

direitos patrimoniais sobre audiovisuais a serem registrados ou cuja comercialização seja comunicada.

Assim, há diferentes níveis de alcance a serem indicados no mapeamento, a partir da apuração realizada pela equipe dos bancos de dados disponibilizados. Considerando a quantidade total de respostas recebidas (75) em relação ao total de agentes indicados em algum registro (163) o índice é de aproximadamente 46%. Por outro lado, é possível constatar respostas de agentes que não constam em nenhum dos registros disponibilizados, que chegaram ao mapa por vias secundárias - a exemplo de alguns funcionários (pessoas físicas) e fornecedores da rede das empresas registradas. Desse modo, considerando as respostas recebidas a qualquer formulário, dentro do universo dos registros da ANCINE e FAN apurados enquanto funcionais e operantes no setor audiovisual na cidade, chegamos a um nível de alcance de 34%. Dentro do escopo de registros apurados da lista da ANCINE, o índice de não-resposta chega a 52%, sendo que algumas empresas dessa faixa participaram da coleta de dados prévia à inscrição no Edital do Audiovisual da FAN. As motivações por detrás da não-participação em levantamentos de dados setoriais devem ser objeto de estudos à parte, pois por ora denotam apenas um impasse quanto aos meios de ação, se individuais ou coletivos, e sobre as lideranças implicadas neste processo. Há de se questionar se o fornecimento de informações está atrelado a possibilidade de ganhos imediatos, como a rea-

lização de inscrição de projetos em editais; e quais as diferenças de participação entre diagnósticos realizados por organizações independentes e órgãos governamentais.

Tanto nas publicações via redes sociais como nos contatos individuais eram enviados links de todos os Formulários desenvolvidos (direcionados a Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas, Organizações Não-Governamentais ou da Sociedade Civil e Instituições de Ensino), no intuito de que os próprios produtores pudessem divulgar os formulários em sua rede de trabalho. Ao final do levantamento foi possível observar que alguns produtores, mesmo formalizados como MEIs, optaram por responder o formulário direcionado para Pessoas Físicas, indicando a formalização como empresa apenas como Modo de Remuneração. Para a análise dos dados da pesquisa, foram mantidas as classificações escolhidas pelos produtores ao responderem ao formulário, enquanto para o desenvolvimento do mapa interativo foram consideradas como Empresas Produtoras as Pessoas Jurídicas com nome fantasia distinto da razão social e/ou que já tivessem submetido projetos próprios para contemplação em mecanismos de financiamento públicos ou privados.

2.2 Enfim, ao diagnóstico: Mapa do setor audiovisual em Niterói

De acordo com os dados coletados pela equipe de pesquisa do Mapa, o arranjo produtivo de Niterói poderia ser classificado, nos termos de Simonetti e Kamimura, entre um "arranjo geográfico (casual) de empresas, com ocasionais elos interfirmas, nenhuma ou escassa experiência de cooperação e instituições locais inexistentes ou fracamente desenvolvidas" (PIETROBELLI apud OLIVEIRA et al., 2017), e um arranjo em desenvolvimento, no sentido da presença de vetores estratégicos para estimular a abertura de empresas e investimentos na cidade (redução da alíquota do ISS e *Film Commission* em atividade, desde 2018) e crescente reconhecimento ao processo de desenvolvimento[46] do setor. Entretanto, as frentes de organização de foco regional com os demais municípios e iniciativas de desenvolvimento do interior do Estado do Rio de Janeiro, bem como a presença de mais iniciativas educacionais, de desenvolvimento tecnológico e de atividades relacionadas ao arranjo produtivo - como formações em empreendedorismo para audiovisual, presença de fornecedores de equipamentos e serviços especializados - ainda são demandas a serem incluídas no planejamento estratégico do setor.

---

46 Notícia "Abertura de Empresas do Setor Audiovisual Cresce 62% em Niterói" d'O Globo em 20 de Abril de 2019, disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/bairros/abertura-de-empresas-do-setor-audiovisual-cresce-62-em-niteroi-23609911. Acesso em 25/11/2019

É fundamental ainda enfatizar que a instância municipal não pode ser dissociada dos demais níveis governamentais no enfrentamento às três tristes tradições: ausência, autoritarismo e instabilidade, apontadas por Antônio Albino Canelas Rubim como aspectos históricos na elaboração das políticas culturais do Brasil (FERNANDES, 2016). Nesse sentido, o Programa Niterói Cidade do Audiovisual pode ser entendido como a materialização de uma política setorial que faz um contraponto municipal à primeira tradição, assim como a retomada das reuniões da Câmara Setorial do Audiovisual de Niterói, em 2019. Por outro lado, é preciso atentar para a inclusão de mídias populares e de parâmetros e indicadores de igualdade racial e gênero nos eixos contemplados pelo Edital do Audiovisual, bem como a continuidade na frequência de lançamento de suas próximas edições, a despeito do aumento no montante investido, para o enfrentamento às segunda e terceira tradições. O levantamento dos índices de representatividade de gênero e raça, bem como a identificação da incidência da UFF na trajetória de formação dos diretores e roteiristas contemplados pelo 1° Edital do Audiovisual[47] denotam abertura e disposição da governança local a encarar tais disparidades, enquanto o lançamento de uma nova chamada para projetos a serem selecionados, em 2020, atribui força à FAN enquanto uma das lideranças do arranjo produtivo.

---

47 Disponibilizados no evento de lançamento do 2o Edital de Fomento ao Audiovisual (2020), realizado em 03/12/2019, no auditório do Museu de Arte Contemporânea

No caso da última tradição, a instabilidade, também é importante que se zele pela continuidade no trabalho pelas instâncias do próprio poder público. Em 2019, a exoneração da equipe da Niterói Film Commission interrompeu o trabalho em curso entre as equipes da FAN e do Mapa do Audiovisual a respeito do mapeamento de empresas que realizaram filmagens em locações estratégicas da cidade nos últimos três anos. Ao sistematizar os dados do setor advindos de diferentes secretarias municipais, a *Film Commission* operava para amenizar outras dificuldades sistêmicas do setor: a limitação do acesso às informações do mercado audiovisual e sua diluição entre empresas públicas e privadas (BAHIA, 2012).

> Ainda não há uma política de informações eficiente por parte dos órgãos governamentais, na qual os dados do mercado cinematográfico sejam transparentes e estejam disponíveis a todos. Imprecisão e dúvidas sobre a fidedignidade dos dados impedem a subscrição de conclusões definitivas. As dificuldades de validação e padronização das fontes e a qualidade das informações antepõem obstáculos metodológicos à extração de inferências analíticas de maior alcance (idem p 85).

Em consonância com a implantação e ampliação dos sistemas de acompanhamento de mercado por parte da ANCINE, a FAN também aplica métodos de mensuração das empresas do setor, como o questionário prévio às inscrições no Edital do Audiovisual, mas é importante que ações integradas com ou-

tras instituições sensibilizem os produtores e empreendedores a cooperar com as iniciativas de compilação de dados do setor. Além de ampliar o reconhecimento de iniciativas já disponíveis na cidade como projetos de formação de público, formação técnica e serviços, a sistematização de informações seria benéfica para a fruição entre as etapas da cadeia audiovisual, de modo a dar a ver se os conteúdos audiovisuais produzidos na cidade encontram espaço para sua exibição, ou ainda para a definição de metas de médio e longo prazo para possibilitar que a preservação desses produtos seja considerada como de interesse público para a política municipal.

Para cobrir todas as etapas e opções de subsídios para a constituição de um Arranjo Produtivo que permeiam o ciclo produtivo do produto audiovisual, optamos por começar a exposição do Mapa do Audiovisual da cidade pela etapa de Preservação. Dessa forma, as lacunas do setor que impedem a passagem de uma etapa à outra, bem como sua integração, podem ser mensuradas com mais precisão e clareza.

2.2.1 Preservação

A política de preservação e arquivo em audiovisual apresenta desafios particulares dentro do setor, por ser a etapa de mediação entre o resguardo dos materiais cinematográficos (películas, negativos fotográficos, equipamentos de filmagem,

edição e trucagem, cartazes, publicações em jornais e revistas temáticas, entre muitos outros) e a garantia do acesso a estes pela população. Segundo resenha de Fabián Nuñez à publicação de referência no campo, traduzida e publicada pela Associação Brasileira de Preservação Audiovisual[48] (ABPA) em 1998, seu autor Edmondson.

> Buscando evitar categorizações apriorísticas, o autor parte da seguinte definição: "o arquivo audiovisual é uma organização ou um departamento de uma organização cuja missão, eventualmente estabelecida por lei, consiste em facilitar o acesso a uma coleção de documentos audiovisuais e ao patrimônio audiovisual mediante atividades de reunião, gestão, conservação e promoção." Portanto, como o próprio autor indica, as quatro atividades citadas devem ser entendidas como as funções principais de um arquivo audiovisual, i.e., um arquivo audiovisual não deve fazer uma ou duas dessas funções, mas necessária e simultaneamente todas as quatro (ou pelo menos visar praticá-las) como sua missão institucional (NÚÑEZ, 2014 p 743).[49]

Essa definição é fundamental para a definição de objetivos comuns entre diferentes instituições e iniciativas em preservação, de modo que os métodos e processos técnicos de resguardo e conservação não sejam um fim em si mesmos, mas

---

48 Mais informações disponíveis em http://www.abpreservacaoaudiovisual.org/site/. Acesso em 08 de Novembro de 2019

49 Resenha do livro EDMONDSON, Ray. Filosofia e princípios da arquivística audiovisual. Trad. Carlos Roberto de Souza. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Preservação Audiovisual/Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2013. 224p.

sim empregados para garantir o acesso permanente.

Com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara em 1975, e a transferência do status de capital para a cidade do Rio de Janeiro, os arquivos da antiga capital, Niterói, foram transferidos ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, com sede na nova capital, e incorporados à coleção das demais cidades do Estado. Nessa transferência, Niterói perde, junto do material, o conjunto de práticas institucionais especializadas em política de preservação municipal, substituídas por incursões suscetíveis às mudanças da agenda governamental. Dessa maneira, as iniciativas nesse âmbito avançam ou de maneira esparsa e pessoalista, na forma de constituição e publicização de acervos pessoais na mídia, blogs e grupos em redes sociais[50], ou como parcerias da Divisão de Documentação e Pesquisa da FAN com instituições locais como a Sociedade Fluminense de Fotografia (SFF), o Laboratório de História Oral e Imagem da UFF (Labhoi) e o Laboratório Universitário de Preservação Audiovisual (LUPA). Dentre os acervos pessoais de publicações, documentos e fotografias é fundamental destacar a coleção de Carlos Mônaco e da Livraria Ideal, cujo acervo sobre História do Rio de Janeiro foi cedido e parcialmente digitalizado pela UFF, bem como a biblioteca especializada em fotografia da SFF.

---

50 A exemplo das páginas Niterói Antigo - https://www.facebook.com/NiteroiAntigo/ - e grupos História de Niterói (https://www.facebook.com/groups/historiadeniteroi/) e Era uma vez em Nictheroy (https://www.facebook.com/groups/1556579151072191/). Acesso em 08 de Novembro de 2019.

Especificamente em audiovisual, o LUPA se destaca como principal mobilizador de atividades na área de preservação em Niterói. No artigo "Um breve histórico do Laboratório Universitário de Preservação Audiovisual da Universidade Federal Fluminense (LUPA-UFF)" o prof. Dr. Rafael Freire, autor e coordenador do projeto, relata sobre o desenvolvimento e a definição de enfoque da iniciativa dentro do escopo da memória audiovisual fluminense. Seu diferencial, nesse sentido, é dedicar-se ao "cinema amador do Estado do Rio de Janeiro (...) [a] um tipo de obra audiovisual que as demais cinematecas e arquivos de filmes cariocas (Cinemateca do MAM, CTAv, Arquivo Nacional) não dedicassem tanta atenção" (FREIRE, 2018)[51].

Dentro deste recorte, abrem-se os caminhos para aproximações do trabalho do laboratório não apenas com colecionadores privados da cidade, mas também com instituições de arquivo e prefeituras dos demais municípios do Estado do Rio, numa espécie de "vertente audiovisual do Centro de Memória Fluminense da UFF" (idem). Ainda assim, faz-se necessário por parte da governança municipal que um documento de diretrizes para a reunião, gestão, conservação e promoção desses materiais seja publicado, de modo a nomear os responsáveis por estas práticas e instituir retribuições, por exemplo, para usos comerciais deste material.

---

51 Disponível em http://www.cinevi.uff.br/lupa/quem-somos/. Acesso em 11/11/2019

Por ora, a interface desse segmento de atividade com a população niteroiense se apoia em eventos, majoritariamente liderados por grupos ligados à universidade, como o Encontro de Preservação Audiovisual do BRICS[52], em 2019; a programação do festival Arquivo em Cartaz – Festival Internacional de Cinema de Arquivo[53], em 2017; a celebração do Dia Mundial da Preservação Audiovisual[54], em 2015, entre outros. Destacamos ainda a produção textual acerca do tema de forma continuada por Freire no blog "Preservação Audiovisual"[55].

Dentre as ações do Programa Audiovisual de Niterói, duas relacionam-se com o campo da preservação: o Programa de formação e preservação, realizado em parceria com a UFF; e a concepção, implementação e gestão do Museu do Cinema Brasileiro. Enquanto a primeira iniciativa é direcionada à formação de capital humano para o resguardo de materiais, a segunda prevê o desenvolvimento de um espaço de exposição que será integrado ao circuito de museus da cidade "de maneira que se torne um local de referência para a comunidade niteroiense,

---

52 Disponível em https://bricsfilmfestival.com.br/pt/atividades/encontro-de-preservacao-audiovisual-do-brics/. Acesso em 11/11/2019

53 Disponível em http://www.centrodeartes.uff.br/eventos/arquivo-em-cartaz. Acesso em 11/11/2019

54 Disponível em http://www.abpreservacaoaudiovisual.org/site/10-eventos/29-cine-arte-da-uff-e-o-centro-de-pesquisadores-do-cinema-brasileiro-comemoram-dia-mundial-da-preserva%C3%A7%C3%A3o-do-patrim%C3%B4nio-audiovisual.html. Acesso em 11/11/2019

55 Disponível em http://preservacaoaudiovisual.blogspot.com/. Acesso em 11/11/2019

aprofundando o sentimento de pertencimento do cidadão com a cidade, com sua memória e sua identidade" (CORREA PACHECO, NIGROMONTE e BARON, 2019. p 105). Para que essas linhas de ação fomentadas pelo Programa sejam perpetuadas por outras gestões e visões de política cultural, bem como para evitar arbitrariedades e contradições, mantendo uma identidade coesa e contínua na gestão do espaço expositivo e do programa de formação, se fará necessário um debate aberto e participativo acerca das políticas e procedimentos direcionados ao material audiovisual relacionado à Niterói.

2.2.2 Exibição

Para o circuito comercial de cinema o lançamento theatrical, conforme a nomenclatura americana, "significa a exploração dos filmes em salas de cinema, que hoje, com a disponibilidade de diversos meios e veículos de comunicação, transformaram-se na 'vitrine principal' dos filmes" (LUCA apud SOUZA, 2010). Nessa lógica, atribui-se à bilheteria nos cinemas o prenúncio das vendas dos filmes em outros veículos de exibição.

Em razão das mudanças no campo da exibição cinematográfica comercial decorridas da adoção do modelo multiplex de salas em substituição aos grandes salões de cinema de rua em atividade no Brasil no final da década de 1990, além do núme-

ro absoluto de salas em funcionamento, é importante atentar para a proporção entre o número de habitantes da cidade e a quantidade e localização das salas de cinema[56]. Em 2012, Freire apontava

> (...) enquanto termino este livro, Niterói conta, mais uma vez, com exatamente 11 salas de cinema, todas no centro da cidade e no interior de shoppings. Nenhum outro bairro de Niterói, nem mesmo Icaraí, possui atualmente um cinema em funcionamento. Além disso, essas 11 salas de exibição pertencem a apenas dois cinemas, localizados no Shopping Bay Market (quatro salas) e no Plaza Shopping (sete salas). Juntos totalizam exatamente 2.416 lugares - metade do número de assentos de 20 anos antes. Se Niterói tem pelo menos 487.327 habitantes conforme dados do censo de 2010, hoje a cidade conta com uma poltrona para cada 201 niteroienses! (FREIRE, 2012 p 236)

O pesquisador se refere à média de habitantes por poltrona traçando um panorama da abertura e fechamento de salas na cidade, ao longo das décadas de 1970 (79 hab/poltrona) até o início dos anos 2000; e demonstrando que apesar do mesmo número de salas ativas em 2012, comparando-se à década de 1970, a média de habitantes por poltrona mais do que dobrou, chegando a 201 habitantes por poltrona.

---

56 Para mais informações sobre a distribuição geográfica das salas de cinema no Brasil: https://www.nexojornal.com.br/grafico/2019/05/31/A-distribui%C3%A7%C3%A3o-geogr%C3%A1fica-das-salas-de-cinemas-no-Brasil

Em 2019, enquanto terminamos esta publicação, a cidade de Niterói conta com 24 salas de cinema (4.253 lugares), sendo 18 delas em shoppings centers e apenas 6 delas (ou 643 lugares) fora dos bairros do centro, Icaraí e Ingá. Considerando dados do censo de 2010, chega-se à média de 20.315 habitantes/sala de cinema (ou 114 habitantes/poltrona), mas ao considerar a estimativa do IBGE para a população de 2019[57], esse número é elevado para 21.399 habitantes/sala (ou 120 habitantes/poltrona). Para fins de comparação, vale apontar que a média estadual foi de cerca de 46.005 habitantes/sala, no ano de 2018[58].

Além da expansão numérica e geográfica, é importante apontar a inauguração de 6 salas de perfil artístico no Centro Petrobrás de Cinema e a reabertura da sala do Centro de Artes da UFF. Nessas salas, a programação é orientada para outros objetivos além do retorno financeiro, como a exibição de cinematografias de outros países que não os Estados Unidos, de filmes brasileiros independentes e do circuito de arte. No caso do Cine Arte UFF, a proposta de programação era ainda mais incisiva, dada sua ligação com o curso de cinema da universidade. Segundo o cineasta Nelson Pereira dos Santos, "no programa de estreia, a intenção do cinema era mais ambiciosa: 'Não nos

57 https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi

58 Fonte: Informe de Mercado - Salas de Exibição 2018. OCA/ANCINE. Disponível em: https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/informe_salas_de_exibicao_2018.pdf

limitaremos ao funcionamento do cinema de arte, com filmes de lançamento normal de quinta a domingo, mas desenvolveremos, continuamente, cursos de apreciação cinematográfica" (In: CATALDO et al apud FREIRE, 2012, p. 189).

> Nas salas da iniciativa privada, as obrigações sociais do setor de exibição se restringem às cotas de tela para filmes brasileiros e independentes e à meia-entrada, "em função de seu caráter de atividade social coletiva" (LUCA apud SOUZA, 2010, p. 135).

Entretanto, outros equipamentos culturais podem promover sessões de projeção audiovisual fora das salas de exibição cinematográfica, como museus, galerias, tendas e aparatos de projeção em espaços urbanos. Em Niterói, ademais dos cineclubes de iniciativa popular - como o Cine Praça e o Cine Olho - um circuito cineclubista é promovido por um grupo de gestores públicos nos principais equipamentos culturais da cidade. A princípio as sessões eram realizadas como parte das atividades do Núcleo de Produção Digital (NPD), mas em 2018, por uma reconfiguração institucional, o grupo de produtores é convidado a compor o Programa de Projetos Especiais da Secretaria Municipal de Educação, constituindo o Nucini - Núcleo de Cineclubes de Niterói.

O Nucini está a frente da produção de sete iniciativas cineclubistas de recorrência mensal na cidade: o Cine República, realizado na sala multimídia da Biblioteca Parque; o Cine Nikiti

e o Curta Solar, que exibem respectivamente longas-metragens brasileiros e curtas-metragens universitários no Solar do Jambeiro; o Cine Eja e o Cine Escola, realizados em escolas da rede municipal; o Cine Popular, realizado como projeção a céu aberto no Teatro Popular Oscar Niemeyer; e o Cine Rango, realizado no Espaço de Convivência Zélia Gattai, dentro do Restaurante Cidadão Jorge Amado. Além das iniciativas do Nucini, acontecem ainda os cineclubes Ariano Suassuna, realizado mensalmente no Museu Janete Costa de Arte Popular; o Cine Jazz, ora no Solar do Jambeiro, ora no Museu do Ingá; o Série Clube, realizado no Centro Cultural Paschoal Carlos Magno; o Projeta Transviadão, iniciativa do Grupo Diversidade Niterói; além dos Cineclubes Sala Escura, Laerte, Rã Vermelha e Quase Catálogo, realizados no Cine Arte UFF.

Ao proporem uma programação recorrente e permeada por debates e experimentações visuais com o local de exibição (projeções em jardins, praças e restaurantes, por exemplo), essas iniciativas influem diretamente na formação de público e na criação de vínculos afetivos com esses espaços culturais. Como estratégia para atrair capital simbólico e cultural para o espaço, o cineclubismo e as projeções a céu aberto foram apropriados até por outras iniciativas comerciais e de intercâmbio cultural, como o Ciné Club Jean Vigo, da Aliança Francesa de Niterói, e o Plaza Open Air, do Plaza Shopping Niterói.

Além das programações recorrentes, os espaços de exibição de interesse público também recebem programas especiais de festivais de cinema e audiovisual realizados na cidade, a exemplo da sessão infanto-juvenil realizada no Museu de Arqueologia de Itaipu, em 2019, em parceria com o 21º Festival Brasileiro de Cinema Universitário.

Os festivais desempenham um papel intermediário na cadeia produtiva do audiovisual, entre a exibição e a distribuição. Ao realizarem uma curadoria de filmes, sejam inscritos a cada edição ou compilados em mostras retrospectivas, a equipe do evento desenvolve uma programação coerente com a proposta do festival e seu respectivo espaço de exibição, seja um cinema comercial, a exemplo do FICI[59], uma tela montada exclusivamente para este fim, a exemplo do Circuito Penedo/AL e da Mostra de Cinema de Tiradentes/MG, ou uma sala não-comercial.

Além de ter sido berço do primeiro festival de cinema universitário do Brasil, o Festival Brasileiro de Cinema Universitário (FBCU), que realizou sua 21ª edição em 2019[60], Niterói teve um festival local próprio de cinema - o Araribóia Cine - de 2002 a 2013. Depois de completar 12 edições na cidade, o evento foi encerrado devido a dificuldades na captação de recursos.

---

59 Para mais informações acesse: https://www.fici.com.br/

60 Para mais informações acesse: https://fbcu.art.br/

No meio digital, duas webtvs seguem em atividade na cidade: o Canal Niterói[61], produzido por Cláudia Barcellos e Antônio Mansur, e a UniTV[62], canal universitário da UFF para a transmissão de eventos acadêmicos, mas que também conta com produção original realizada em parceria com a comunidade acadêmica como os programas JUFFBOX - espaço de exibição de músicas autorais - e República Gourmet, programa de culinária.

Na plataforma de vídeos Youtube, a quantidade de conteúdo produzida por organizações e produtores da cidade aumenta significativamente, além de canais institucionais pouco atualizados como o da Prefeitura de Niterói e o da Neltur - Niterói Empresa de Lazer e Turismo, há uma infinidade de canais com conteúdos religiosos de Igrejas; educativos e para fins de registro de eventos de colégios e escolas locais; e de entretenimento.

2.2.3 Distribuição

A etapa de distribuição em audiovisual desempenha um papel de intermediador entre o produto audiovisual e seu respectivo espaço de exibição (CHALUPE, 2010). No caso de lançamentos cinematográficos é a "responsável por instigar

61 Disponível em https://www.canalniteroi.com/

62 Disponível em http://www.uniteve.uff.br/

o espectador a sair do conforto de sua casa e ir a uma sala de cinema para assistir a um filme, ou por estimulá-lo a rever o filme na televisão, ou ainda por eternizar a relação dele com o filme por meio de sua compra." (CHALUPE, 2010. p 17). Diversos aspectos do modo de operação das empresas desse segmento tiveram origem na forma como a atividade cinematográfica se desenvolveu e se consolidou no país. Para Braga, a mudança do sistema de operação da Pathé Frères, optando por substituir a venda de cópias para os cinemas pelo seu aluguel, representou o "surgimento de uma típica atividade de distribuição: remeter as cópias para os cinemas lançadores, recolhê-las depois do período de exibição, revisá-las e, mais uma vez, alugá-las para outros cinemas" (BRAGA, 2010. p 55). Os ditos "cinemas lançadores" se referem às salas de cinema localizadas nos centros urbanos, com melhor estrutura de exibição, ingresso mais caro e público composto pelas classes mais ricas, enquanto os "cinemas de segunda linha" se localizavam no interior ou nas periferias (idem).

Além da estrutura disponível, a dinâmica de estreias é afetada ainda pela relação do exibidor com as empresas de distribuição, sejam majors ou independentes.

> O termo 'major' está ligado à capacidade de uma empresa de distribuir seus filmes mundialmente e em todas as mídias, além de produzir ou ser uma financiadora da produção, sendo esse o modelo atual de atuação das empresas americanas.

> (...)
> As distribuidoras locais, de capital nacional, embora chamadas de 'independentes', são frequentemente ligadas a algum grupo exibidor (idem p 62).

Em Niterói, essa dinâmica pode ser observada pela diferença no calendário de estreias entre o Cine Arte UFF, uma sala de interesse público com preço do ingresso bem abaixo do padrão de mercado, e os complexos tanto da estadunidense Cinemark e como do Reserva Cultural, ligado à distribuidora francesa *Imovision*.

O surgimento da Internet e a passagem para o digital efetivaram mudanças radicais na distribuição audiovisual tanto para as major como para as empresas independentes; suprimindo a demanda de revisão das cópias por exemplo, mas trazendo outros desafios como maior facilidade para o compartilhamento de vídeos pela rede, a demanda por novas estratégias de combate à pirataria e pela regulação de plataformas de vídeo sob demanda (VOD). Por um lado a Netflix - plataforma de streaming americana - desafia tradições da indústria proporcionando estréias concomitantes de suas produções nos cinemas e na plataforma, o que vai de encontro às "janelas de exibição" (período entre o lançamento de um filme nos cinemas e nos demais mercados, como locadoras e canais de TV), por outro, em razão da ausência de regulação, não há arrecadação de imposto setorial para sua atividade no Brasil, eximindo-

-a de participar diretamente na composição do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) para o fomento a novas produções. Outro ponto de inflexão é a forma como o surgimento de plataformas independentes[63] possibilitaram que filmes que dificilmente extrapolavam o circuito de festivais pudessem ser compilados e disponibilizados para exibições em cineclubes, ampliando seu público potencial a nível nacional.

Por ora, são poucas as iniciativas de interesse público direcionadas para esta etapa na cadeia audiovisual, considerada o gargalo da produção no país. Historicamente, pode-se citar a criação da Embrafilme - "Empresa de Filmes S/A, empresa de economia mista (o Estado como acionista majoritário), que tinha como objetivo inicial a distribuição e promoção de filmes (brasileiros) no exterior" (CHALUPE, 2010. p 39), mas cujo estatuto foi reformulado nas gestões subsequentes para contemplar ações de fomento, produção, registro de obras e até controle de rendimentos de bilheteria (idem). Após uma década de enfrentamento a questões orçamentárias, administrativas e de enfrentamento pela opinião pública (idem), a empresa é dissolvida em 1990 pelo então presidente Fernando Collor.

Atualmente, no âmbito federal, alguns incentivos à distribuição são oferecidos mediante intermediação da ANCINE,

---

63 Como o Porta Curtas - http://portacurtas.org.br/ - a Taturana - http://www.taturanamobi.com.br/ - e o Afroflix - http://www.afroflix.com.br/

como o Prêmio Adicional de Renda (PAR), lançado em 2005, que premia empresas (produtoras ou distribuidoras) a partir do desempenho comercial dos filmes brasileiros no mercado de salas de exibição; e algumas linhas do FSA que contemplam a comercialização de projetos independentes (PRODECINE 03).

A nível municipal a Riofilme - Distribuidora de Filmes S/A, fundada em 1992, detém o mérito de já ter sido a única distribuidora a trabalhar exclusivamente com títulos nacionais (GATTI, 2002), bem como de ter participado da distribuição de grandes bilheterias da cinematografia nacional. Desde 2005, porém, a empresa tem enfrentado atrasos de liberação de verba e reduções orçamentárias das gestões municipais (RISTOW, 2018), de modo a reduzir a quantidade de lançamentos ano a ano (19 filmes em 2013, 12 em 2014, 13 em 2015 e 7 em 2016) até sua interrupção em 2016, de acordo com dados sobre lançamentos de filmes em seu site.

Ainda que não esteja em condições de desenvolver suas ações de desenvolvimento na devida proporção da oferta municipal, a Riofilme serviu de inspiração para o desenvolvimento do projeto de lei que criou a SPCine - empresa de cinema e audiovisual da cidade de São Paulo. Em atividade desde 2015, e atualmente presidida pela cineasta Laís Bodanzky, a empresa tem feito investimentos massivos na produção audiovisual local, lançando editais e operacionalizando a ação da SP Film

Commission, além de lançar programas de formação profissional e integrar ações de distribuição e exibição via plataforma de streaming SPCine Play e Circuito SPCine - um conjunto de 20 salas de cinema, sendo 15 em Centros Educacionais Unificados (CEUs), compondo a maior rede de salas públicas de cinema do país - de maneira a contemplar toda a cadeia produtiva de forma, estimulando a inovação e apresentando ações pioneiras para o setor, a exemplo do Plano de Políticas Afirmativas para o Audiovisual[64].

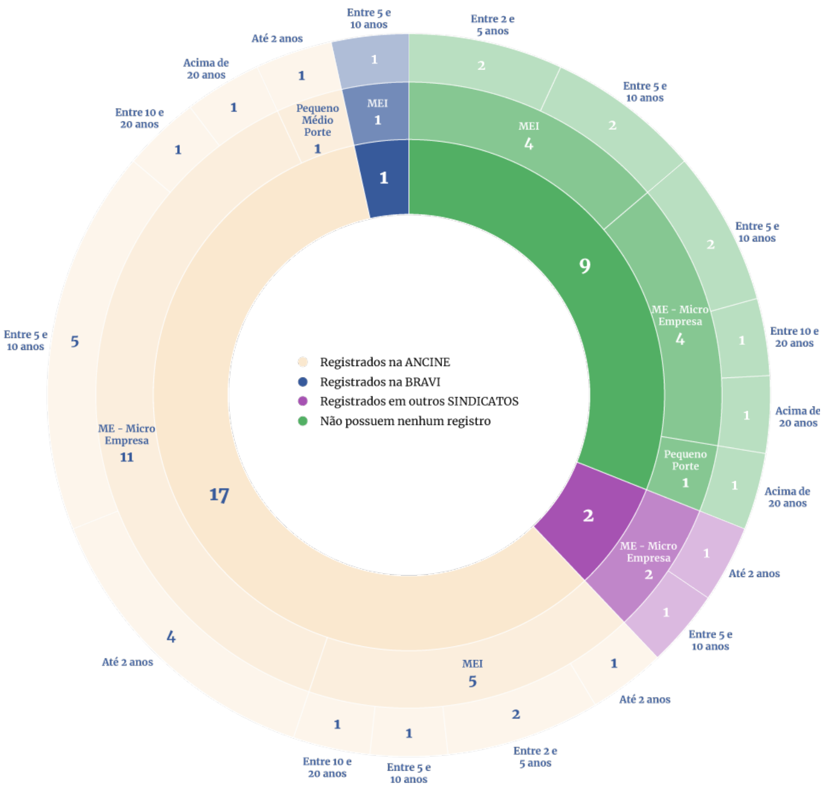
2.2.4 Produção e formação

No conjunto de respostas de Empresas e Pessoas Jurídicas alcançado pela pesquisa (26) predominam Micro Empreendedores Individuais (36%) e Microempresas (56%), com receita bruta igual ou inferior a R$ 81.000/ano, no caso de MEIs, e 360.000/ano, no caso de MEs. Apenas 23%, ou 6 das 26, estão em atividade há mais de dez anos.

64 Mais informações em http://spcine.com.br/spcine-lanca-plano-de-politicas-afirmativas-para-o-audiovisual/

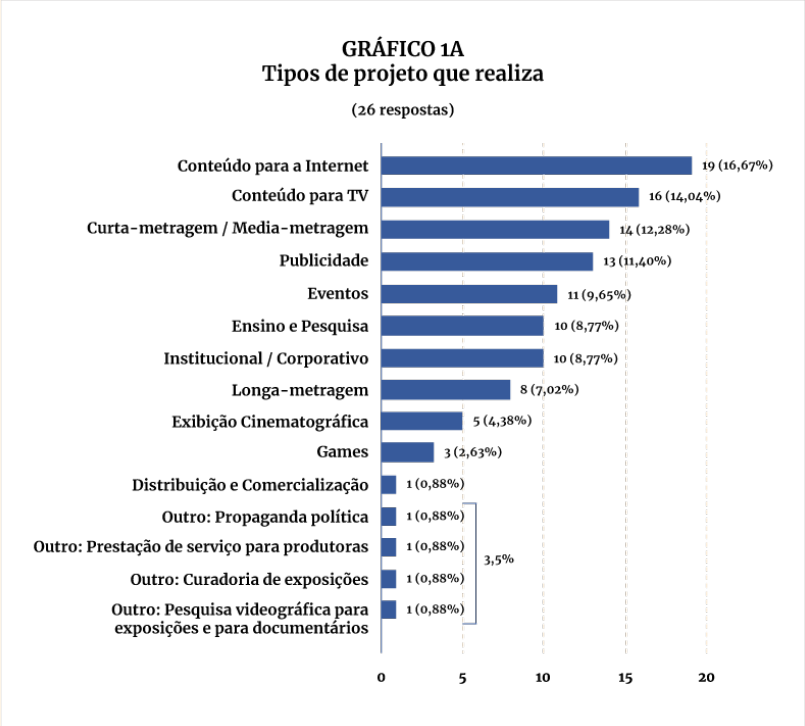
GRÁFICO 1
Empresas com registro na ANCINE, BRAVI e sindicatos, por porte e tempo de atuação

(26 respostas)



Há pouquíssima filiação a sindicatos (2) e à BRAVI - associação de produtores independentes (1), e ainda que a pesquisa indique 65% das empresas registradas na ANCINE, esse índice está mais ligado ao banco de dados usado pela equipe do

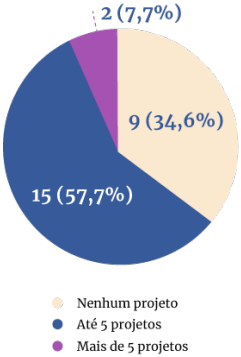
Mapa do que à situação real dos produtores da cidade, conforme mencionado anteriormente na comparação do número de registrados dentre os proponentes do SIMFIC e no Edital do Audiovisual.



Quanto ao que é produzido por essas empresas da amostra, predominam conteúdo para internet, conteúdo para TV, além de curtas e médias-metragens, seguidos de perto por conteúdo publicitário.

GRÁFICO 2

Número de projetos próprios em carteira por ano (26 respostas)



Prestação de serviço em projetos de outras empresas durante o ano (26 respostas)

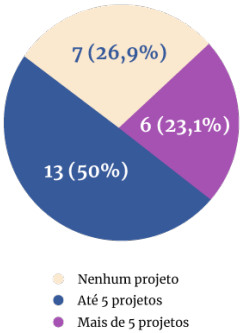
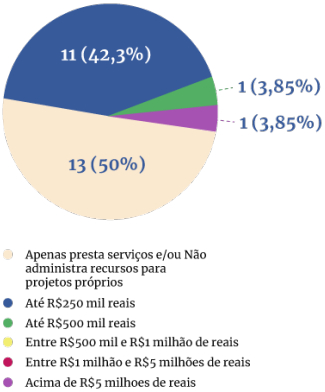
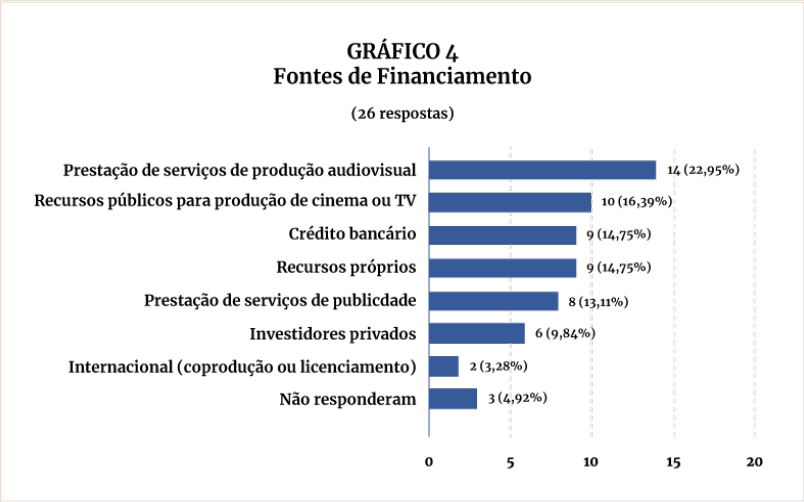


GRÁFICO 3

Valor da soma dos orçamentos de projetos próprios gerenciados por ano (provenientes de fontes de investimento públicas e privadas) (26 respostas)





Cerca de 57,7% das empresas trabalham com um a cinco projetos próprios por ano, enquanto 34,6% não desenvolvem projetos próprios, prestando serviços exclusivamente para outras empresas. A prestação de serviços em audiovisual para outras empresas é a principal fonte de recursos financeiros no grupo, seguida pelo investimento de recursos próprios, prestação de serviços em publicidade e captação de recursos públicos para cinema e audiovisual. Apenas duas empresas da amostra movimentam mais de R$ 250 mil anualmente em projetos próprios, considerando-se a soma dos orçamentos de todos os projetos.

GRÁFICO 5
Número de projetos enviados para algum Edital Municipal ou Estadual

(26 respostas)

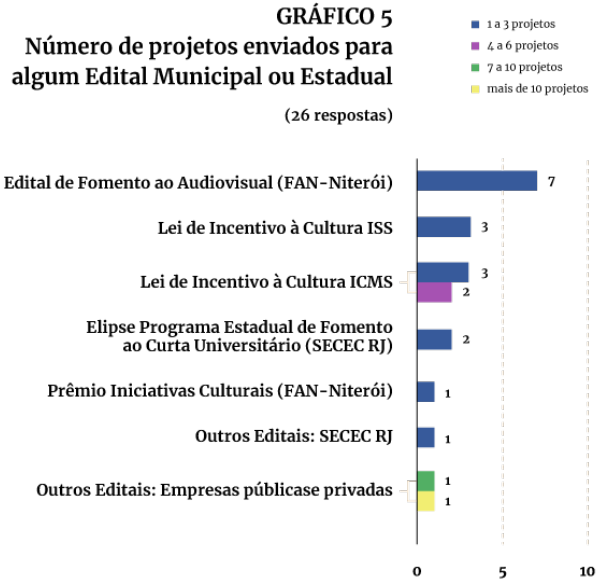


GRÁFICO 6
Projetos aprovados em algum Edital Municipal ou Estadual

(26 respostas)

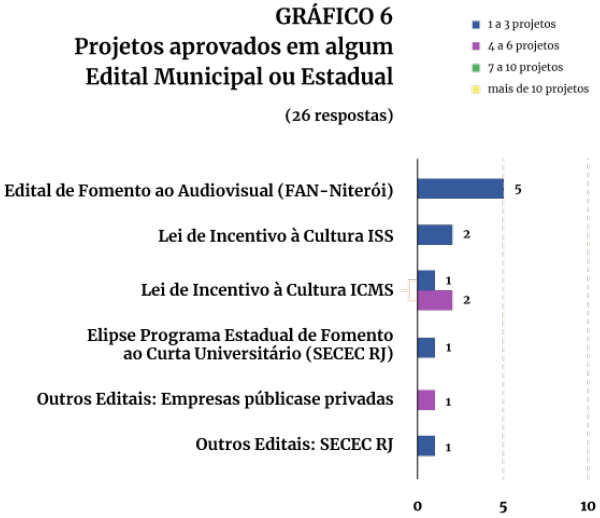


GRÁFICO 7
Projetos aprovados em algum Edital Federal

(26 respostas)

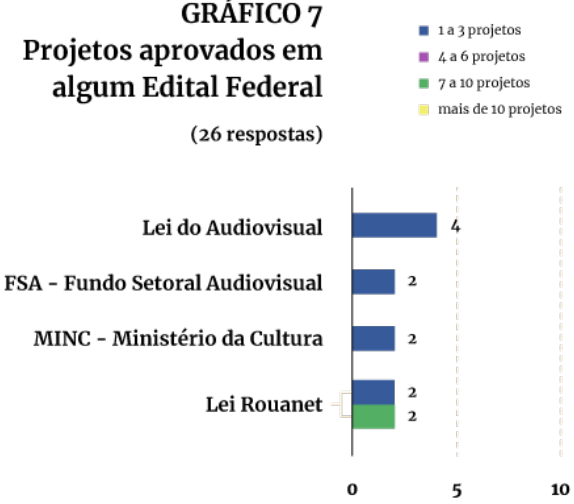
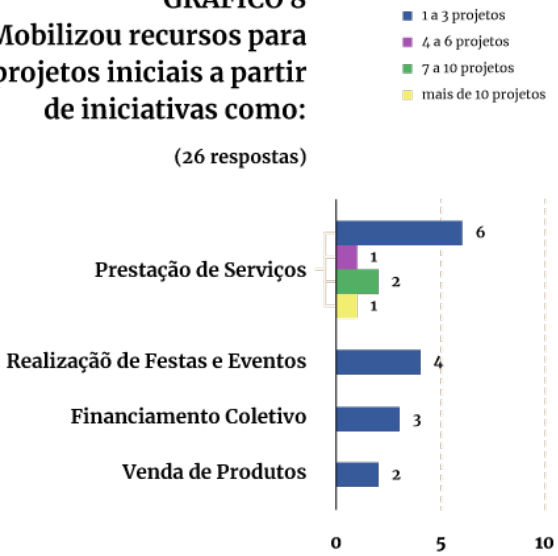


GRÁFICO 8
Mobilizou recursos para projetos iniciais a partir de iniciativas como:

(26 respostas)



A respeito da captação de recursos, 46% (ou 16 dentre as 26 empresas mapeadas) nunca enviaram projetos para nenhum edital, público ou privado, municipal, estadual ou federal. No questionário aplicado pela FAN aos proponentes do Edital do Audiovisual, 25% ou 11 dos 44 proponentes estavam participando pela primeira vez de um edital público na área de cultura; dentre os 33 restantes na amostra da FAN, 18 declararam já ter ganhado algum edital.

De volta ao grupo de pesquisa mapeado, 50% dos participantes declararam não frequentar festivais, rodadas de negócio, apresentações de projetos e/ou eventos do mercado audiovisual. Dentre os que frequentam, os eventos mais recorrentes nas respostas são, por motivos facilmente presumíveis, o Festival do Rio[65], o Rio Market[66] e o Rio2C[67] (ex-Rio Content Market). Esse dado parece coerente com a opção majoritária (61,5%) para "Negócios / Financiamento / Comercial" dentre as alternativas ao questionamento sobre "treinamentos que acredita faltar para a equipe"; as duas opções subsequentes com maior demanda nessa questão foram "Marketing" (50%) e "Jurídico / Legislação audiovisual" (46%).

---

65 Para mais informações acesse: http://www.festivaldorio.com.br/

66 Para mais informações acesse: http://www.riomarket.com.br/

67 Para mais informações acesse: https://www.rio2c.com/

GRÁFICO 9
Gênero no quadro societário, porte e tempo de atuação das empresas

(26 respostas)

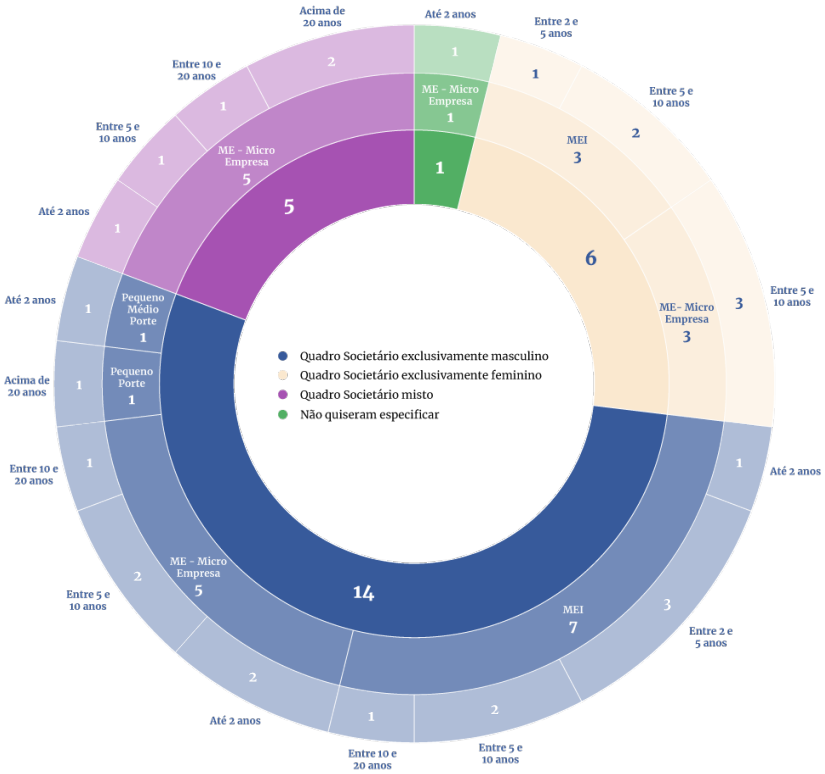


GRÁFICO 10
Raça no quadro societário, porte e tempo de atuação das empresas

(26 respostas)

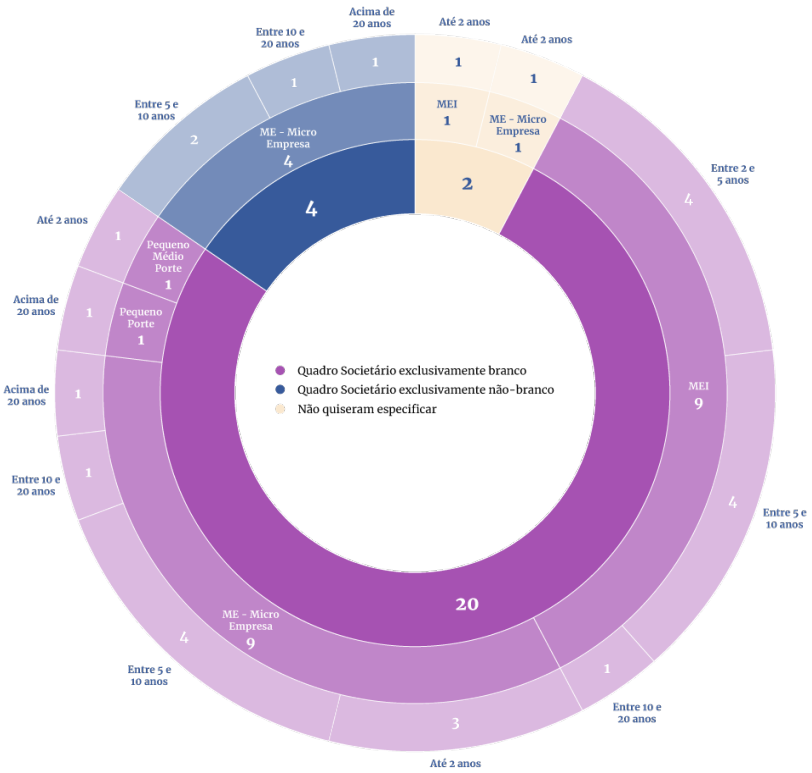


GRÁFICO 11
Número de sócios

(26 respostas)

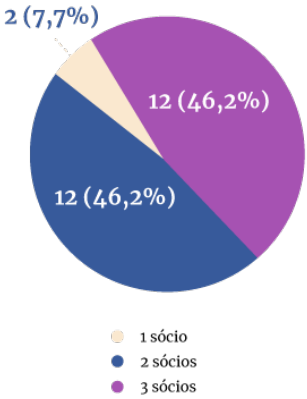
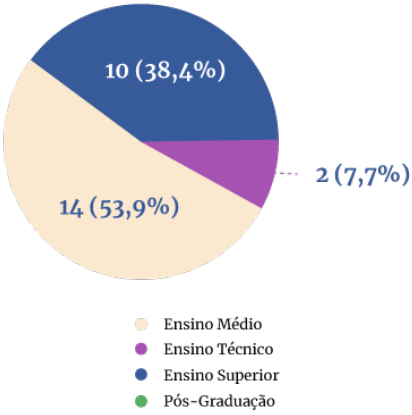


GRÁFICO 12
Escolaridade média

(26 respostas)



A respeito do quadro societário das empresas mapeadas, excluindo-se os MEIs (de um total de 16 empresas de micro, pequeno e pequeno-médio porte, portanto), 11 deles são compostos por 2 sócios, 4 por apenas 1 sócio e 1 por 3 sócios, com predomínio de faixa etária média a partir dos 30 anos e escolaridade com ensino superior completo ou pós-graduação. 31% - ou 5 empresas - têm quadro societário misto quanto a gênero, 7 são exclusivamente masculinos e 3 exclusivamente femininos, 1 pessoa optou por não responder. No mapeamento de raça, apenas 3 profissionais pertencentes a quadros societários declararam-se pardos ou negros, enquanto os representantes dos demais 13 quadros societários - ou 81% - declararam-se brancos, com a reincidência da 1 não-resposta. Dentre os MEIs

(10 respostas), 70% são homens e 90% são brancos, sendo que 1 pessoa optou por não especificar sua raça, todos com ensino superior completo e 1 com pós-graduação.

GRÁFICO 13
Tamanho da equipe (incluindo sócios)

(26 respostas)

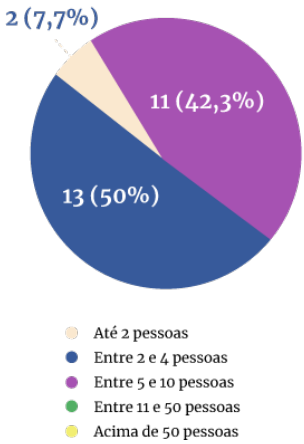
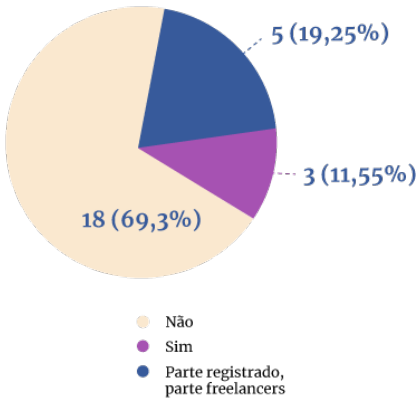


GRÁFICO 14
Todos com registro em carteira?

(26 respostas)



O tamanho das equipes pode variar bastante a depender da execução e quantidade de projetos sendo desenvolvidos ou produzidos, o que se reflete na proporção entre funcionários contratados em regime CLT ou como freelancers.

Em 44% destas equipes, segundo os respondentes no momento da pesquisa, não haviam mulheres trabalhando,

enquanto em 64% não trabalhava ao menos uma pessoa não-branca. Ainda que esses números não tenham precisão estatística, pode-se apontar que reverberam uma tendência de exclusão não só do mercado de trabalho formal no município[68] como também do mercado audiovisual nacional[69], conforme evidenciam mapeamentos realizados pela Bem TV e pela ANCINE, desde 2016. O lançamento do estudo "Diversidade de Gênero e Raça nos lançamentos brasileiros em 2016" proporcionou alguns impactos legislativos positivos para o setor, como a criação de um Grupo de Trabalho para a promoção da igualdade, além do estabelecimento de cotas de gênero e raça em chamadas públicas do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul/FSA, pleiteadas pela Comissão de Diversidade de Gênero e de Raça da Ancine (RUFINO, 2018)[70]. Dentre as iniciativas independentes de profissionais do setor, ressalta-se o trabalho do Cabíria Prêmio de Roteiro, criado em 2015 e transformado em festival em 2019, que reconhece histórias com protagonistas femininas escritas ou de co-autoria de mulheres, além de ações locais e regionais como o plano de políticas afirmativas para o audiovisual lançado pela SPCine, em 2019[71].

---

68 Mais informações em https://qualperfil.pluriverso.online/

69 Disponível em https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/informe_diversidade_2016.pdf

70 Disponível em https://www.ancine.gov.br/sites/default/files/apresentacoes/MAR%20Cachoeira%20_LUANA%20RUFINO.pdf

71 Disponível em http://spcine.com.br/spcine-lanca-plano-de-politicas-afirmativas-para-o-audiovisual/

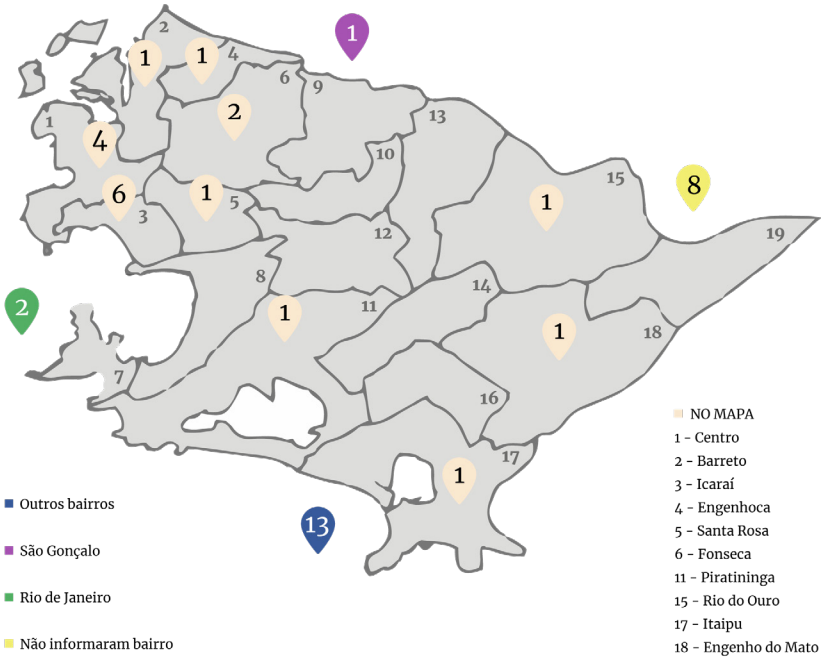
Quanto aos processos seletivos das empresas e pessoas jurídicas do Mapa, a maior parte declarou ainda não ter tido demanda para a contratação de novos profissionais, mas dentre os critérios de maior peso para a seleção estão ter tido experiência prévia na função e a indicação ou recomendação do candidato por outros profissionais.

A trajetória de formação de profissionais em audiovisual pode variar bastante a depender da área de atuação no setor, se técnica, artística ou acadêmica. Dentro do grupo analisado, as áreas de formação dos sócios das empresas, ainda que sejam majoritariamente compostas por campos de estudos em comunicação (especialmente Cinema e Jornalismo), apresentam áreas correlatas, como Artes, Design e Produção Cultural, mas também Administração, Relações Internacionais, Direito e Engenharia.

Numa etapa posterior à coleta de informações via formulários, voltamos a entrar em contato com os profissionais que responderam ao formulário destinado a Empresas e Pessoas Jurídicas para confirmar os contatos e a quantidade de projetos realizados pela empresa no ano de 2019, além de prospectar se foram contratados serviços de alimentação e transporte locais e se foi necessário entrar em contato com algum órgão público para pedir autorizações de filmagem em vias públicas. Apenas 15 dos 26 respondentes participaram da segunda eta-

pa, mas nenhum deles contratou fornecedores locais ou entrou em contato com a governança local para solicitar autorizações de filmagem em espaços públicos, de modo que não podemos apresentar, por ora, um contraponto dos produtores ao trabalho da Niterói Film Commission.

Origem das respostas do Formulário destinado a Pessoas Físicas



No formulário de mapeamento de Profissionais Pessoas Físicas do Mapa é ainda mais difícil mensurar a representação das respostas coletadas no cenário municipal, em vista da demanda por acesso a bancos sensíveis e informações sigilosas,

como as informações de contato de estudantes com matrícula ativa no curso de Cinema e Audiovisual da UFF.

GRÁFICO 15
Gênero, raça e idade do grupo mapeado

(41 respostas)

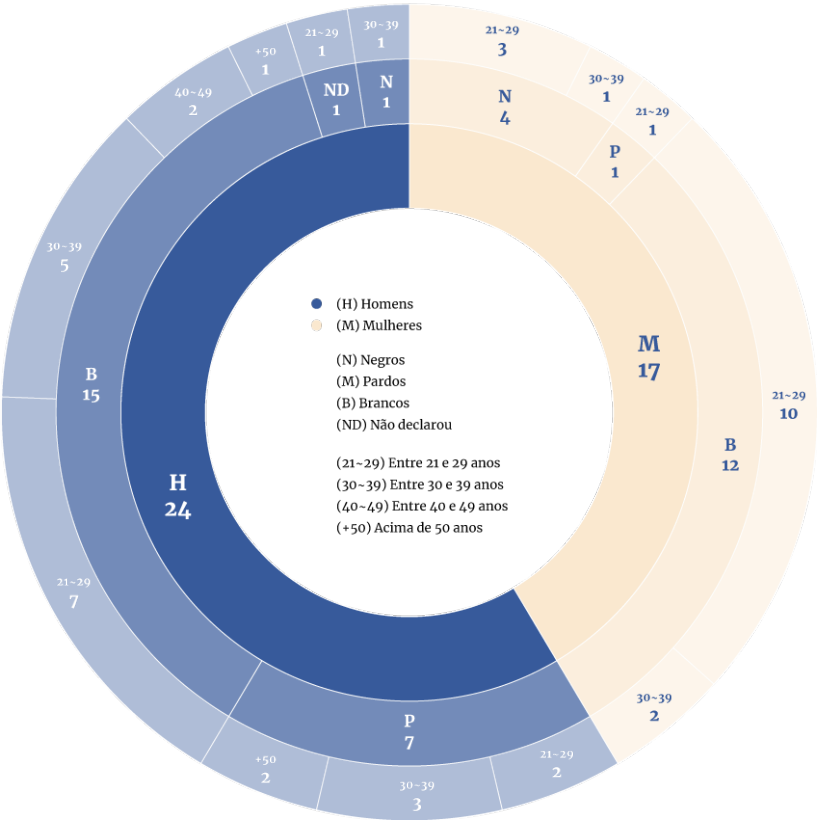
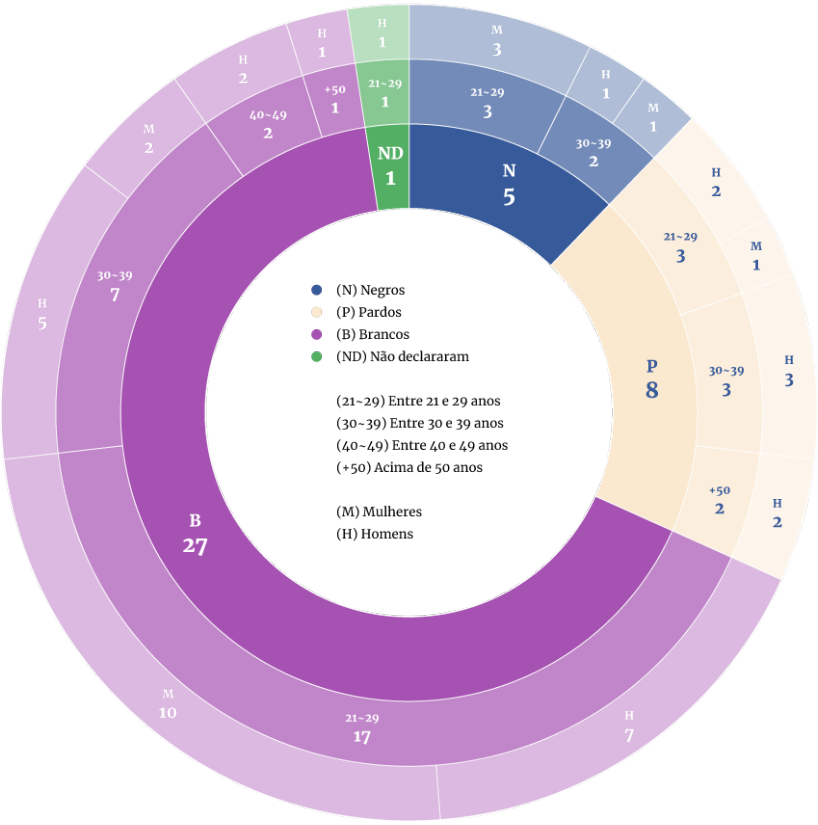


GRÁFICO 16
Raça, idade e gênero do grupo mapeado

(41 respostas)



Foram recebidas 41 respostas no total. 56% se identificam como pertencentes ao gênero masculino, 41% ao gênero feminino, 65% se declararam brancos e 31% pardos ou negros,

1 pessoa optou por não responder nenhum dos questionamentos. As faixas etárias predominantes são entre 20 e 29 anos (58,5%) e entre 30 e 39 anos (29,3%), sendo que 73,2% do total de respondentes trabalha há no máximo 10 anos no setor. Ainda que 19,5% não tenha especificado o bairro de residência, mas apenas a cidade (Niterói), 46% residem no centro ou praias da Baía e 7% dos profissionais residem no Rio de Janeiro ou em São Gonçalo, mas trabalham ou estudam em Niterói.

GRÁFICO 17
Nível de escolaridade

(41 respostas)

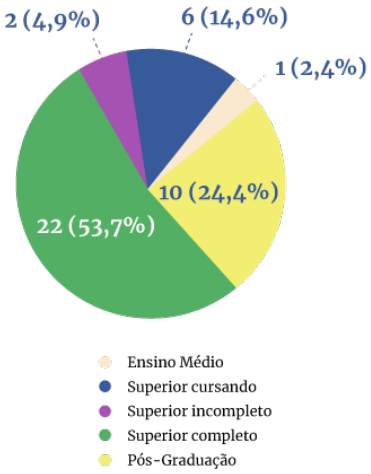


GRÁFICO 18
Tempo de atuação no mercado Audiovisual

(41 respostas)

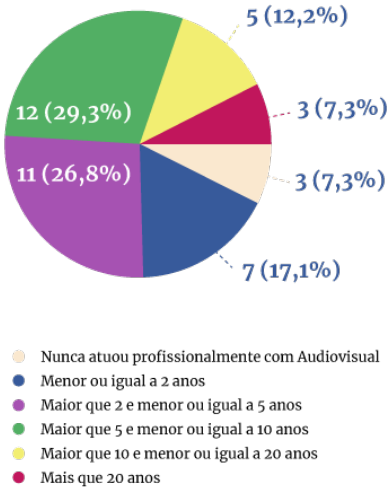
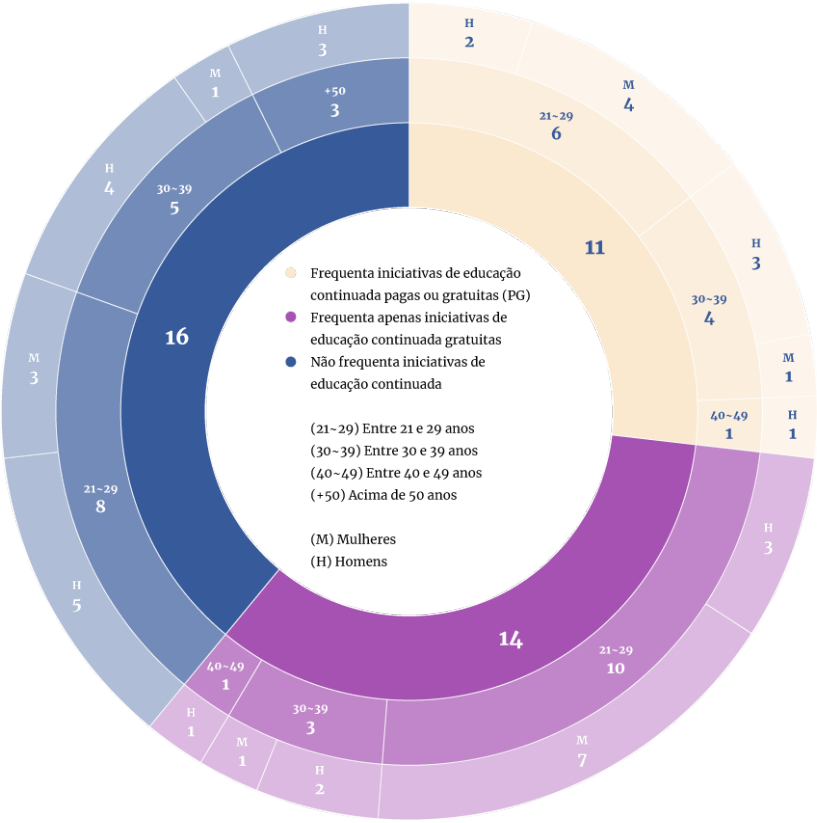


GRÁFICO 19
Continuidade da trajetória de formação, por idade e gênero

(41 respostas)



Quanto à escolaridade, 78% tem Ensino Superior completo, sendo que quase metade dessa faixa possui também alguma

pós-graduação. A área de formação predominante na amostra (70% do total de respostas, incluindo portanto os respondentes cursando o ensino superior) é em Cinema e Audiovisual. 60% - ou 25 profissionais - declaram frequentar alguma iniciativa de educação continuada, sejam cursos pagos, projetos de extensão ou oficinas gratuitas. Todas as iniciativas citadas pelos respondentes excluindo-se iniciativas ligadas à Universidade Federal Fluminense estão localizadas na cidade do Rio de Janeiro, sendo as mais citadas as formações oferecidas pela Escola de Cinema Darcy Ribeiro e pela Academia Internacional de Cinema, além de oficinas e cursos livres promovidos por festivais. Na questão específica sobre frequência em festivais, eventos de mercado e rodada de negócios predominam festivais - presentes em 44% das respostas - sendo o Festival do Rio e RioMarket os mais recorrentes. Foram mencionados ainda, por mais de uma resposta, os festivais Visões Periféricas, Mostra do Filme Livre e FRAPA - Festival de Roteiro Audiovisual de Porto Alegre.

A respeito das atividades profissionais exercidas, 12 respondentes apresentam mais de uma atividade dentre as principais com as quais trabalha, sendo as mais recorrentes, no conjunto de respostas: direção, edição, roteiro, produção e fotografia. Os modos de trabalho mais recorrentes foram em modo homeoffice (mencionado em 73,2% das respostas) e em set de filmagem (mencionado em 58,5% das respostas).

GRÁFICO 21
Está trabalhando?

(41 respostas)

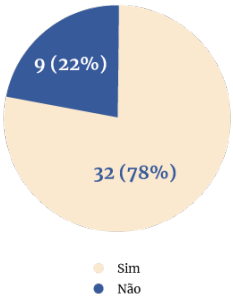


GRÁFICO 22
Dentre os que responderam que estão trabalhando -Modos de Contratação

(32 respostas)

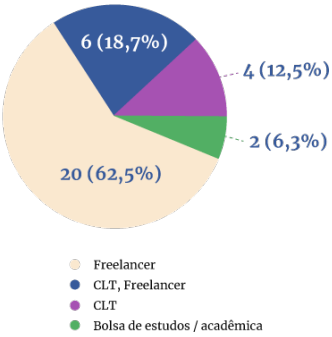
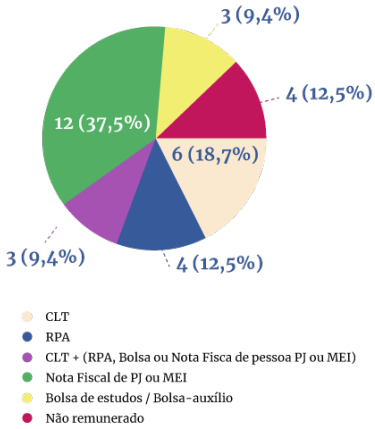


GRÁFICO 23
Dentre os que responderam estar trabalhando - Modos de Remuneração

(32 respostas)



O modo de contratação mais comum é como Freelancer, mencionado em mais de 80% das respostas e, dentre os mo-

dos de remuneração, predomina a emissão de notas fiscais de pessoa jurídica ou MEI. 22% dos profissionais declararam não estar trabalhando no momento de participação da pesquisa, mas dentre os cerca de 78% restantes que declararam estar trabalhando, parte o faz sem remuneração, justificada como empenho na produção de conteúdos para a composição de seu próprio portfólio artístico - capital simbólico a ser levado em conta posteriormente em negociações de capital financeiro, e que influi diretamente no índice de aprovação de projetos dos profissionais em editais e chamadas públicas ou comerciais, bem como em sua inserção ou recolocação no mercado de trabalho, conforme apontado dentre os critérios de peso para a contratação de profissionais no mapeamento de empresas.

GRÁFICO 24
Audiovisual é sua fonte de renda única, principal ou alternativa?

(41 respostas)

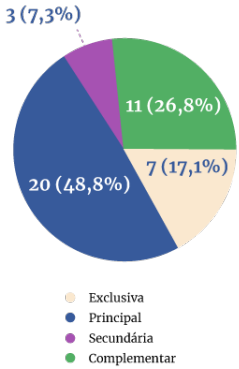


GRÁFICO 25
Qual é sua Renda Média Mensal?

(41 respostas)

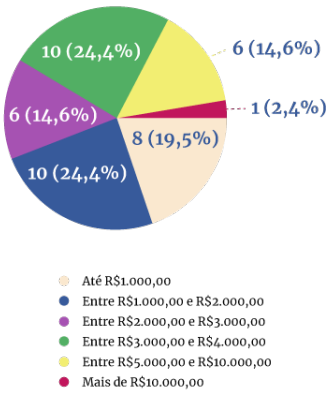


GRÁFICO 26
Trabalha ou já trabalhou com carteira assinada na área?

(41 respostas)

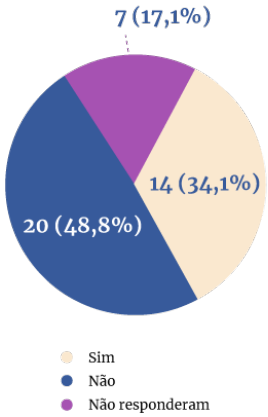


GRÁFICO 27
Se Sim, por quanto tempo?

(14 respostas)

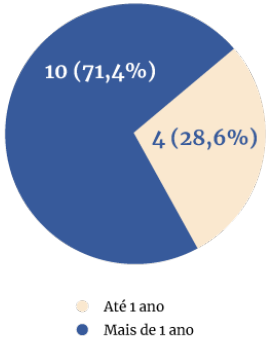
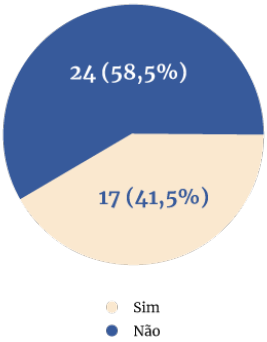


GRÁFICO 28
Possui algum Plano de Previdência (público ou privado)?

(41 respostas)



Apenas 17,1% dos profissionais da amostra têm nas atividades em audiovisual sua fonte de renda exclusiva, sendo que para 48,8% ela constitui a principal fonte de renda. Metade da amostra nunca trabalhou em regime CLT na área, mas dentre os que já trabalharam 71,4% o fez por mais de um ano.

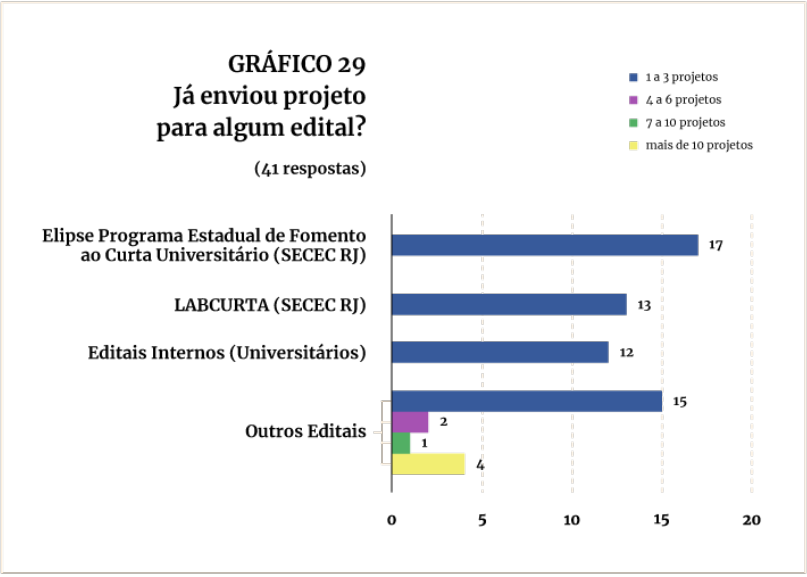


GRÁFICO 30
Já teve algum projeto aprovado em editais?

(41 respostas)

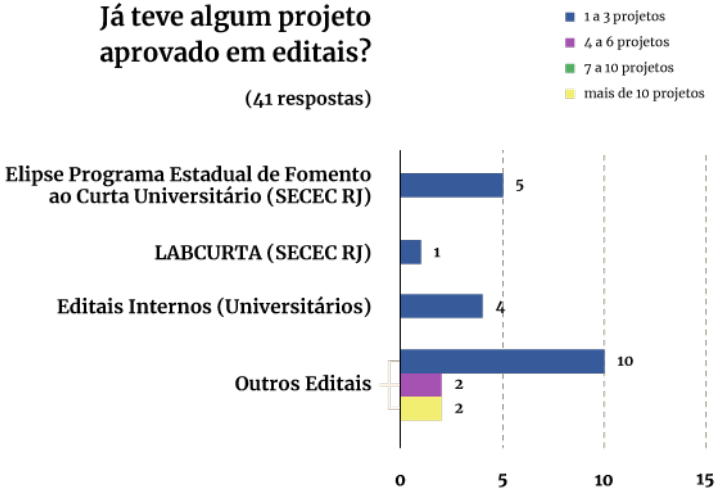
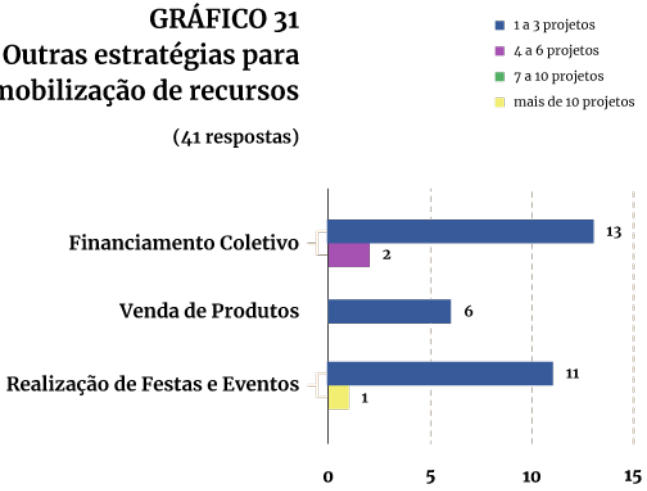


GRÁFICO 31
Outras estratégias para mobilização de recursos

(41 respostas)



8 respondentes (19,5%) nunca enviaram projetos para nenhum tipo de edital e, dentre os que enviaram pelo menos um projeto para qualquer chamada, pública ou privada, 66,6% (ou 22 respondentes) já tiveram algum projeto aprovado. Destacam-se ainda outras estratégias usadas pelos produtores para a mobilização de recursos para a realização de projetos, como o financiamento coletivo, a venda de produtos e a realização de festas e eventos.

A partir da provocação de alguns profissionais no campo de resposta direcionado para informações complementares no formulário de coleta de dados, foi realizado um levantamento sobre a participação e engajamento de estudantes da UFF (não apenas do curso de Cinema e Audiovisual) no Elipse - Programa Estadual de Fomento ao Curta Universitário, realizado desde 2016, pela SECEC-RJ.

Em sua primeira edição[72], de 9 projetos contemplados, 4 eram de estudantes da UFF, sendo 2 destes do curso de Cinema e Audiovisual: "*Pequenos Animais Sem Dono*", de Maju de Paiva; e "*Vazio do Lado de Fora*", de Eduardo Brandão Pinto. Quanto ao último, vale apontar ainda sua seleção para a mostra competitiva de curtas estudantis na 70ª Mostra Cinéfondation, do

72 http://cultural.cesgranrio.org.br/projeto-elipse-leva-publico-recorde-ao-cine-odeon/ Acesso em 07/11/2019

Festival de Cannes, tendo sido o terceiro curta da Universidade a ser exibido nessa mostra, depois de "*Duelo Antes da Noite*" de Alice Furtado, em 2010; e "*Um Sol Alaranjado*" de Eduardo Valente, em 2001.

Na segunda edição[73] do ELIPSE, em 2017, 50% (61) de 120 projetos inscritos eram de alunos da UFF, três vezes mais do que a quantidade de inscritos por estudantes da UFRJ (20). Neste ano, o número de projetos contemplados pelo Programa foi aumentado para 12, dos quais aproximadamente 58% (7) eram de alunos da UFF, sendo 5 de alunos do curso de Cinema e Audiovisual. Quanto ao reconhecimento artístico, há de se destacar os curtas "*A Casa de Ana*" de Clara Ferrer e Marcella de Finis, vencedor do prêmio do Júri Popular do Fest Uni, do 51º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro; e "*Inconfissões*" de Ana Galizia, que estreou no circuito nacional na 20ª Mostra de Tiradentes e no circuito internacional no 49º Visions du Réel, na Suíça, mas que ao longo de sua trajetória arrematou 15 premiações, tendo sido exibido em mais de 30 festivais nacionais e internacionais.

---

73 http://cultural.cesgranrio.org.br/elipse-divulga-projetos-contemplados/ Acesso em 07/11/2019

O mesmo número de 12 projetos selecionados foi mantido na terceira[74] e quarta[75] edições do ELIPSE, bem como a proporção de projetos inscritos de alunos da UFF (71 entre 136 inscrições, em 2018, e 56 de 110 inscrições, em 2019). Apenas a proporção de projetos selecionados de alunos da UFF aumentou de 41% do total (5 projetos de 12), em 2018, para 50% (6 projetos de 12) em 2019.

A produção estudantil da UFF é exibida anualmente no Cine Arte, na Mostra UFFilme[76], atualmente em sua 12ª edição, um projeto de livre-iniciativa dos estudantes de Cinema e Audiovisual e realizado de forma autônoma, sem patrocínios formais além do apoio institucional da universidade.

Além da UFF e das escolas públicas com as quais o Departamento de Cinema e Audiovisual mantém convênio e parcerias para a realização de práticas de pesquisa e ensino da habilitação em Licenciatura[77], as instituições de ensino em audiovisual na cidade que foram identificadas pelo Mapa do Audiovisual foram o curso Animator[78], que desde 2006 oferece cursos de desenho

---

74 http://cultural.cesgranrio.org.br/elipse-3a-edicao-contemplados/ Acesso em 07/11/2019

75 http://www.cultura.rj.gov.br/elipse4/resultado-final/ Acesso em 07/11/2019

76 https://www.facebook.com/uffilme/

77 De acordo com representantes do departamento de Cinema e Audiovisual as parcerias em atividade são com o Colégio Estadual Raul Vidal, Colégio Estadual Guilherme Briggs e o COLUNI - Colégio Universitário Geraldo Reis.

78 https://www.animator.com.br/

e animação 2D para jovens e adultos e promove a produção dos estudantes através de sua produtora escola; e o Projeto Olho Vivo[79], iniciativa da própria ONG Bem TV, que desde 2003, instrui adolescentes e jovens de baixa renda através de formações em audiovisual, fotografia, mídias digitais e aplicativos, com o objetivo de empoderar a juventude e promover ações de comunicação comunitária.

Desde 2018, o Núcleo de Produção Digital de Niterói - parte do Programa Niterói Digital, vinculado ao Ministério da Cidadania - promove capacitações técnicas na área de comunicação e mídias digitais, oferecendo cursos de curta duração nas áreas de fotografia, marketing e desenvolvimento profissional[80]. De acordo com a coordenação do projeto, a produção audiovisual foi retomada recentemente[81], quando do recebimento de novos equipamentos fornecidos pelo Ministério da Cidadania no final de 2017; até então, as câmeras disponíveis ainda usavam o suporte de fitas mini DV para captação, o que levou a equipe a promover mais iniciativas de exibição e formação de público nos últimos anos. Atualmente, o NPD dispõe de uma filmoteca licenciada para exibição pública com cerca de 290 títulos, todos nacionais, à disposição de escolas, cineclubes e organizações da

---

79 https://www.bemtv.org.br/olho-vivo/

80 Disponíveis em: https://programaniteroidigital.niteroi.rj.gov.br/programacao/cursos/

81 Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCBOvO-NbvqHKhGMZv1Gf7yA/videos

sociedade civil.

Além das instituições de ensino, as organizações não-governamentais e da sociedade civil também são pólos educativos e de produção ativos na cidade. Participaram da pesquisa do Mapa do Audiovisual: a Bem TV, a Sociedade Fluminense de Fotografia (SFF), a Campus Avançado e o coletivo Dom Cultural. A SFF também promove cursos[82] livres de fotografia, além de organizar exposições e divulgar premiações na área. Ao longo de mais de 10 anos de atuação na cidade, a equipe da Campus Avançado desenvolveu projetos em diversas frentes culturais além do audiovisual, tendo sido Ponto de Cultura da cidade e participado ativamente do Fórum de Cultura. Atualmente, em razão da brusca diminuição na oferta de editais e redução da equipe, as principais atividades realizadas são exposições de fotografia e oficinas de cerâmica, além da gestão de uma biblioteca sobre cultura e arte em sua sede. Por fim, o coletivo Dom Cultural[83] se dedica à divulgação de trabalhos de artistas niteroiense nas redes sociais através da produção de peças audiovisuais.

---

82 Informações em: https://www.sff.com.br/cursos.htm

83 Informações em: https://www.facebook.com/pg/domcultural/community/?ref=page_internal

3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: SUBSÍDIOS PARA UM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO SETOR

Ainda que se possa separar as frentes de ação na cadeia produtiva audiovisual em etapas subsequentes para fins expositivos e de análise, é importante reiterar que não apenas não existe uma única ordem possível para que um produto audiovisual seja realizado, mas que novos métodos e processos vão sendo desenvolvidos conforme o avançar da tecnologia disponível aos profissionais, do ambiente de mercado e das questões político-sociais do setor.

Como apontado anteriormente, o campo de estudos sobre a dinâmica do Estado brasileiro e a estruturação (ou desmonte) da cadeia audiovisual do país ainda é recente, tendo a maior parte das pesquisas e livros a respeito sido publicados nos últimos 40 anos. Ainda assim, é seguro dizer que 2019 foi um ano atípico para o setor audiovisual, apesar da oscilação acerca do papel desempenhado pelo Estado nos ciclos produtivos ao longo do tempo. Neste ano, a Secretaria Especial da Cultura, estrutura remanescente do Ministério da Cultura (1985 - 2018), foi alocada sob o Ministério da Cidadania, quando da reorganização ministerial decretada pelo presidente Jair Bolsonaro em primeiro de Janeiro, para ser transferida em Novembro para o Ministério do Turismo de maneira fracionada entre subsecretarias e entidades vinculadas (fundações, bibliotecas, agências nacionais, etc). Ao longo do ano, foram quatro nomeações distintas para a chefia da Secretaria do Audiovisual (SAv), que determina as diretrizes da União para com o setor: do jornalista Pedro Henri-

que Peixoto, em Fevereiro; do produtor Ricardo Rihan, em fins de Julho; de Katiane Gouvêa, em Novembro e do cineasta André Sturm, em Dezembro.

Para a ANCINE, 2019 foi um ano de enfrentamento a crises e de provação, com paralisia de todas as atividades, sob alegação da necessidade de avaliação dos processos de prestações de contas por parte do Tribunal de Contas da União (TCU); de esvaziamento do corpo diretivo em razão da não-nomeação de novos diretores quando do término dos mandatos em curso ou renunciados; de cortes orçamentários; de suspensão de programas de apoio a produtores; de ameaças de transferência de sua sede do Rio para Brasília e de imposição de filtros e censura às atividades da Agência. Um ano de marcos institucionais negativos quanto à industrialização das atividades cinematográficas, ainda que os mecanismos de incentivo ao setor tenham tido sua prorrogação, para 2024, aprovada pela Câmara e Senado, ficando no aguardo da sanção presidencial para sua efetivação.

Nesse contexto atribulado, no qual a primeira reunião do Conselho Superior de Cinema - comitê responsável pela definição das diretrizes e do plano anual de investimento do FSA - só aconteceu em Outubro de 2019, mesmo a participação de Estados e Municípios no fomento aos arranjos produtivos e à produção audiovisual local foi atingida, uma vez que o aporte financeiro a tais programas é procedente do próprio FSA. Sem

diretrizes definidas, não há perspectiva certa sobre a forma como será proposta a utilização do Fundo para a identificação e o apoio aos APLs e demais arranjos regionais, ainda que alguns programas com recursos aprovados na gestão anterior do Conselho Superior de Cinema tenham sido lançadas este ano. Porém, há de se admitir que tais períodos de transição governamental colocam à prova a estrutura institucional dos arranjos estabelecidos, de modo a tornar evidente a importância da participação da sociedade civil para sua manutenção e resistência.

Em razão do curto período em que políticas públicas e iniciativas independentes em APLs audiovisuais vêm sendo desenvolvidas no Estado do Rio de Janeiro, ainda não é possível apresentar análises substanciais sobre suas ações para o desenvolvimento do setor no Estado, podemos atestar a prevalência de ações locais, que contribuem para o desenvolvimento do setor de maneira isolada.

Em âmbito municipal, dois aspectos se destacam em meio ao processo de elaboração de subsídios para um APL audiovisual local: o primeiro quanto ao quê esta publicação representa neste processo e o segundo quanto aos limites regionais que essa incursão terá de considerar no desenvolvimento de estudos e atividades em Niterói e na região fluminense como um todo.

De forma alinhada à agenda em quatro etapas proposta por Simonetti e Kamimura e exposta no primeiro capítulo, este Mapa representa uma incursão de sistematização de informações locais, restringida pela dimensão do projeto, em termos de equipe e prazo para sua conclusão, bem como pelo alcance de uma organização independente dentro do setor. Em relação a estudos semelhantes realizados por outros APLs no Brasil como o Plano de Desenvolvimento do APL do RS e do Pólo Audiovisual de Zona da Mata, é vital apontar que estes documentos contaram com alguns anos de desenvolvimento, com ampla colaboração dos profissionais do setor e com o apoio de instituições de ensino e universidades para sua elaboração. Para dar prosseguimento à agenda proposta pelas pesquisadoras, os movimentos de identificação, diagnóstico, classificação e implementação de política de apoio ao setor têm de ter sua continuidade assegurada, seja pelo estímulo às instâncias de participação social e política do setor na cidade, seja no apoio a projetos de pesquisa com temática confluente, seja na apropriação pelo poder público dos esforços sintetizados pelo Mapa de compilação de dados e bibliografia disponível sobre o tema. Conforme apontado por Bahia:

> A maior dificuldade para dimensionar o mercado de cinema brasileiro é a dispersão de informações. Mais ainda, a falta de divulgação e transparência delas, uma vez que os dados econômicos e as pesquisas de público existem, mas não são amplamente difundidos; estão concentrados nas mãos de agentes privados do mercado. (BAHIA, 2012 p 85)

Esses impedimentos e entraves à circulação de informações sobre o que é realizado entre os produtores locais de audiovisual infere diretamente nas possibilidades de associação entre profissionais de um mesmo território, e pode influenciar em entendimentos errôneos quanto ao setor na cidade. Iniciativas nesse sentido, portanto, podem ser muito benéficas para o setor e para a consolidação de uma aglomeração produtiva ciente de seus diferenciais de valor em relação ao mercado da cidade do Rio de Janeiro e dos demais municípios do Estado ou do país. Nesse sentido, concluímos que a potencialização no escopo do PNCA seria efetivada pela união de esforços entre as equipes do Programa com os demais núcleos alocados na própria prefeitura: a Niterói Filmes, a Niterói Film Commission e o NPD, por exemplo, para o desenvolvimento de um cadastro unificado de produtores e profissionais do setor atuantes na cidade, cuja atualização seja estimulada recorrentemente, seja de forma imperativa para submeter projetos à captação de recursos, seja ocasionalmente para fins de acompanhamento e divulgação. Ainda que pareça um entrave burocrático para o trabalho dos empresários, um registro desse tipo pode ser mais elucidativo sobre o setor local do que o banco de dados de Registro de Empresas Produtoras da ANCINE, pois neste último a cidade que consta no registro não está necessariamente ligada ao território de atuação da empresa. Ou seja, ainda que se possa celebrar que o número de empresas produtoras registradas na ANCINE com sede em Niterói tenha saltado de 32, em 2017,

(CORREA PACHECO, NIGROMONTE e BARON, 2019), para 74, em 2019, foi demonstrado que uma quantidade razoável (13) destas empresas tiveram suas atividades encerradas ou sua sede transferida para outro município, o que dificulta a mensuração do setor local.

Avaliando a região da Baía de Guanabara, é vital atestar a indissociabilidade de um APL de Niterói ao SPIL do Rio de Janeiro, uma vez que a proximidade territorial não é impeditiva para que o escopo de trabalho de empresas e profissionais se dê em ambos os municípios. Para a associação a coletivos e grupos representativos como o DAFB, a BRAVI e sindicatos, a segregação em pólos municipais é negativa, uma vez que sua força de ação advém justamente da coletividade e de frentes de ações concomitantes por todo país. Por outro lado, nas iniciativas em que a partilha de público é diretamente influenciada pela proximidade geográfica, a exemplo do público de salas de cinema e festivais, a realização de eventos similares em ambas as cidades pode ser positiva e inclusiva, dada as variáveis que a mobilidade urbana pode apresentar no território (preço da passagem, tempo em trânsito, qualidade e horário de funcionamento do transporte público).

A realização de eventos setoriais, sejam festivais ou encontros de mercado, é uma demanda latente e vital para o município, tanto para profissionalizar a rede de produtores como

para promover interações, cooperações produtivas e o mútuo desenvolvimento regional. Esse tipo de evento é estratégico tanto para que os produtores locais entrem em contato uns com os outros e com os produtos que vêm sendo realizados na cidade, como também é fortuito para que a produção local tenha uma vitrine de exposição aberta à participação de produtores de outras regiões.

Em relação aos questionamentos guia do Mapa Audiovisual, pode-se afirmar que há entraves para que a população de Niterói assista ao que é produzido na cidade para além de novelas e filmes da Rede Globo/Globo Filmes (DUARTE; FONSECA FILHO, 2016), cuja estrutura de produção e distribuição já está consolidada no mercado audiovisual e que encontra na cidade apenas um cenário sobre o qual se desenrolam seus produtos. Tais entraves estão ligados justamente à produção audiovisual que ainda não se sustenta unicamente sob a lógica da exploração comercial, demandando do poder público soluções de interesse público para gargalos que, historicamente, vem dificultando seu escoamento, como a ocupação das salas e espaços culturais da cidade com filmes locais, seja por incentivo ou instauração de cotas de tela municipais, a distribuição audiovisual em meios digitais, a profissionalização e o estímulo à vinda de fornecedores especializados para a cidade.

Em relação ao que é ofertado à população em termos de audiovisual, Niterói apresenta frentes de ação especializadas com muito potencial para o desenvolvimento, a exemplo da Niterói Filmes, do NPD, do Nucini e da UFF, pólo de efervescência produtiva e de inovação em audiovisual, mas carece de ações articuladas e cooperativas, de espaços de interação e de exposição dos processos que vêm sendo desenvolvidos por cada frente com recorrência anual e previstas nas instâncias de planejamento dos órgãos públicos.

Compilar e dar acesso ao arquivo dos espaços de participação social, como as atas, peças publicitárias e relatos independentes sobre as reuniões das Câmaras Setoriais e as Conferências Municipais de Cultura seria um primeiro passo nesse sentido, de modo que tanto profissionais de longa data como estudantes recém-chegados à cidade pudessem acessar com facilidade o histórico de debate público em torno dos temas em audiovisual na cidade e subsidiar suas demandas de participação em torno do Programa Niterói Cidade do Audiovisual.

No âmbito do PNCA, seria frutífero ampliar o escopo de ações em Preservação Audiovisual, seja no desenvolvimento de uma política unificada de preservação em âmbito municipal, seja no reconhecimento de ações independentes de resguardo, restauração e publicação de arquivos audiovisuais da cidade, a exemplo dos materiais de movimentos sociais e dos canais

públicos de Niterói cujas atividades foram encerradas. Garantir o resguardo e a durabilidade desses materiais pode ser essencial para a produção de novos produtos a partir de imagens de arquivo da cidade, acervo que vêm sendo colocado em risco à medida que as tecnologias digitais tornam formatos de arquivo e softwares de leitura obsoletos muito mais rapidamente.

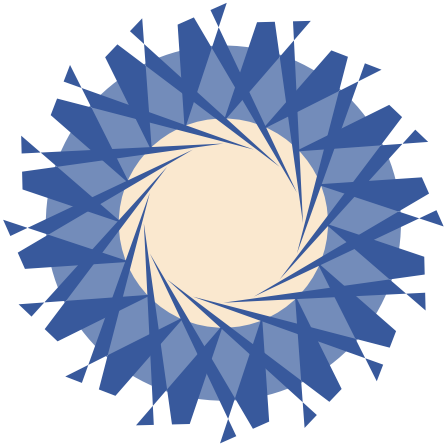
Referente às etapas de distribuição e exibição, reafirmamos a necessidade de manter estímulos à abertura de salas de exibição, à conversão de espaços culturais para a realização de exibições públicas de filmes e aos cineclubes independentes - especialmente os realizados fora das regiões do Centro e das Praias da Baía - para garantir espaços para escoamento da produção com menor competitividade frente aos produtos estrangeiros e fomentar a formação de público para obras audiovisuais nacionais. Já a formação e capacitação de profissionais podem ser ampliadas mediante estímulos à abertura de outras escolas e cursos técnicos especializados na cidade ou à realização de cursos especializados em audiovisual de formações em empreendedorismo já consolidadas, como os ofertados pelo SEBRAE, ou em desenvolvimento, como o lançamento de incubadoras para empresas da economia criativa.

Por fim, é fundamental que pesquisas e investigações que visem expor e elucidar disparidades sobre o setor (como a perpetuação de exclusões sociais e marginalização da produção

não comercial) sejam acolhidas e consideradas no processo de desenvolvimento de políticas públicas e eventos setoriais. E que de tal modo sejam para ampliar as vozes participantes nos espaços públicos, apresentando um contraponto às consequências do racismo estrutural e das desigualdades de gênero no setor, e a permitir o surgimento de novas formas de apoio e fomento à cadeia audiovisual para além do repasse financeiro. Ou seja, possibilidades de apropriação de estruturas de interesse público, sejam espaços de exibição ou canais de comunicação, para que os agentes locais sejam protagonistas no processo de desenvolvimento do setor a nível municipal, estadual ou federal.

Em suma, os subsídios para o desenvolvimento de um APL estão relacionados aos aspectos que inferem sobre as práticas desta organização dentro do setor. Há de se avaliar, constantemente, se o lançamento de uma nova frente de ação já foi levado a cabo por iniciativa de outrem e, tendo sido, se o lançamento de uma nova frente nesse sentido é mais benéfico ao setor ou se pode ser prejudicial à própria articulação. É fundamental ainda que sejam desenvolvidas estratégias para compensar lacunas nas formações em audiovisual da cidade, especialmente quanto à estruturação de empresas e profissionalização dentre as funções técnicas (direção de fotografia, design de som, edição e efeitos especiais), além de abrir espaços para que os agentes mapeados se encontrem para fins outros

que não a participação social na política local, uma vez que essa instância está representada pelas Câmaras Setoriais do Conselho Municipal de Cultura, mas que deixa a desejar no escopo de fornecimento de infra-estrutura e espaços de negociação e troca para o desenvolvimento.



4.

ANEXOS

Mapeamento do Setor Audiovisual de Niterói 2019 - Empresas e Pessoas Jurídicas

As informações desse Formulário serão utilizadas pela equipe de pesquisa da Bem TV no mapeamento e georreferenciamento do setor produtivo audiovisual de Niterói e região. O objetivo do diagnóstico é a elaboração e consolidação de um APL - Arranjo Produtivo Local do Audiovisual Niteroiense a fim de apresentar um planejamento estratégico de cooperação entre empresas e órgãos públicos, promovendo o desenvolvimento do setor e o fortalecimento de todas as etapas da cadeia produtiva audiovisual.

***Obrigatório**

1. Endereço de e-mail *
2. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário:
3. Razão Social / Nome Fantasia da Empresa *
4. CNPJ: *
5. Telefone: *
6. Endereço Completo (incluir CEP e Cidade) *

SOBRE A EMPRESA
Nesta seção são solicitadas informações referentes à Empresa, sua trajetória e sua estrutura de execução e gerenciamento de projetos.

1) Porte da Empresa (por faturamento) *
MEI – Micro Empreededor Individual: receita bruta igual ou inferior a R$81.000,00/ano
Microempresa: receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00/ano
Pequeno porte: receita bruta superior a R$ 360.000,00 e igual ou inferior a R$3.600.000,00/ano

Pequeno-Médio porte: receita bruta superior a R$ 3.600.000,00 e igual ou inferior a R$ 16.000.000,00/ano
Médio porte: receita bruta superior a R$16.000.000,00 e igual ou inferior a R$90.000.000,00/ano
Grande-porte: receita bruta superior a R$90.000.000,00/ano

2) Há quanto tempo atua no mercado audiovisual? *
Até 2 anos
Entre 2 e 5 anos
Entre 5 e 10 anos
Entre 10 e 20 anos
Acima de 20 anos

3) Tipos de projeto que realiza: *
Curta-metragem / Media-metragem
Longa-metragem
Conteúdo para TV
Conteúdo para a Internet
Distribuição e Comercialização
Eventos
Ensino e Pesquisa
Exibição cinematográfica
Games
Institucional/Corporativo
Publicidade
Outro:

4) Possui registro na ANCINE (Agência Nacional do Cinema)? *
Sim
Não

5) É associada a algum Sindicato? *
Sim
Não

6) É associada à BRAVI (Brasil Audiovisual Independente)?
Sim
Não

7.1) Qual número de projetos próprios em carteira por ano? *

7.2) Para quantos projetos de outras empresas presta serviço durante o ano? 15.

8) Valor da soma dos orçamentos de projetos próprios gerenciados por ano (provenientes de fontes de investimento públicas e privadas) *
Apenas presta serviços e/ou Não administra recursos para projetos próprios
Até R$ 250 mil
Até R$ 500 mil
Entre R$ 500 mil e R$ 1 milhão
Entre R$ 1 milhão e 5 milhões
Acima de R$ 5 milhões

9) Fontes de financiamento
(Marque todas que se aplicam.)
Prestação de serviços de publicidade
Prestação de outros serviços de produção audiovisual
Recursos públicos para produção de cinema ou TV
Internacional (coprodução ou licenciamento)
Investidores privados
Crédito bancário
Recursos próprios
Outro:

10) Já enviou projetos para algum Edital Municipal ou Estadual? *
(Marcar apenas uma oval por linha - NÃO - 1 a 3 - 4 a 6 - 7 a 10 - + 10)
1. CHAMADA PÚBLICA DE ARTES VISUAIS (FAN-NITERÓI)
2. EDITAL DE FOMENTO AO AUDIOVISUAL (FAN-NITEROI)
3. PRÊMIO INICIATIVAS CULTURAIS (FAN-NITERÓI)
4. LEI DE INCENTIVO À CULTURA ISS
5. LEI DE INCENTIVO À CULTURA ICMS
6. ELIPSE PROGRAMA ESTADUAL DE FOMENTO AO CURTA UNIVERSITÁRIO (SECEC-RJ)
7. LABCURTA (SECEC-RJ)
8. EDITAIS UNIVERSITÁRIOS
9. OUTROS EDITAIS

10.1) Caso tenha enviado ao menos um projeto na linha "OUTROS EDITAIS", especificar (Nome do edital, ano e valor do aporte):

11) Já teve projetos aprovados em algum Edital Municipal ou Estadual? *
(Marcar apenas uma oval por linha - NÃO - 1 a 3 - 4 a 6 - 7 a 10 - + 10)
1. CHAMADA PÚBLICA DE ARTES VISUAIS (FAN-NITERÓI)
2. EDITAL DE FOMENTO AO AUDIOVISUAL (FAN-NITEROI)
3. PRÊMIO INICIATIVAS CULTURAIS (FAN-NITERÓI)
4. LEI DE INCENTIVO À CULTURA ISS
5. LEI DE INCENTIVO À CULTURA ICMS
6. ELIPSE PROGRAMA ESTADUAL DE FOMENTO AO CURTA UNIVERSITÁRIO (SECEC-RJ)
7. LABCURTA (SECEC-RJ)
8. EDITAIS UNIVERSITÁRIOS
9. OUTROS EDITAIS

11.1) Caso tenha aprovado ao menos um projeto na linha "OUTROS EDITAIS", especificar (Nome do edital, ano e valor do aporte):

12) Já teve projetos APROVADOS em algum Edital Federal? *
(Marcar apenas uma oval por linha - NÃO - 1 a 3 - 4 a 6 - 7 a 10 - + 10)
FSA - FUNDO SETORIAL AUDIOVISUAL
MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA
LEI ROUANET
LEI DO AUDIOVISUAL
OUTROS

12.1) Caso tenha aprovado ao menos um projeto na tabela anterior, especificar (Nome do edital, ano e valor do aporte):

13) Já mobilizou recursos para projetos iniciais a partir de iniciativas como: *
(Marcar apenas uma oval por linha - NÃO - 1 a 3 - 4 a 6 - 7 a 10 - + 10)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FINANCIAMENTO COLETIVO
VENDA DE PRODUTOS
REALIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS

13.1) Caso tenha mobilizado recursos para projetos a partir de estratégias não citadas anteriormente, especificar:

14) Já participou de iniciativas de desenvolvimento de Negócios/Roteiros/Projetos? Se sim, quais? *

15) Frequenta Festivais, Eventos de Mercado, Rodadas de Negócio e/ou Apresentações de Projeto (Pitching) em eventos do mercado audiovisual? Se sim, quais? *

16) Tamanho da equipe (incluindo os sócios) *
Até 2 pessoas
Entre 2 e 4 pessoas
Entre 5 e 10 pessoas
Entre 11 e 50 pessoas
Acima de 50 pessoas

17) Todos com registro em Carteira?
Sim
Não
Parte registrado, parte freelancers

18) Contrata profissionais para trabalhos remotos na mesma cidade? Se sim, para quais serviços? (ex.: manutenção de equipamentos, serviços de entrega/frete, design) *

19) Contrata profissionais para trabalhos remotos de outra cidade? Se sim, para quais serviços? (ex.: manutenção de equipamentos, serviços de entrega/frete, design) *

20) Que treinamento acredita faltar para a Equipe? (selecionar até 3 opções) *
Marque todas que se aplicam.
Planejamento e controle Jurídico / Contratos
Jurídico / Legislação audiovisual
Administração financeira / Tributário / Contábil
Negócios / Financiamento / Comercial
Marketing
Técnico profissional
Outro:

21) Já teve dificuldade para contratar algum dos profissionais citados abaixo em Niterói, nos últimos 2 (dois) anos? * Marque todas que se aplicam.

Roteirista
Pesquisador (a)
Diretor (a)
Assistente de Direção
Produtor (a)
Produtor (a) Executivo (a) – produção da obra
Produtor (a) Executivo (a) – legislação, financiamento e negócios
Diretor (a) de Produção
Produtor (a) de Elenco
Preparador (a) de elenco
Produtor (a) de Locação
Produtor (a) de Finalização
Operador (a) de Câmera
Operador (a) de Som Direto
Eletricista
Maquinista
Diretor (a) de Arte
Cenógrafo (a)
Cenotécnico (a)
Aderecista
Montador (a) / Editor (a)
Colorista
Editor (a) de som
Animadores
Efeitos especiais
Assessor (a) jurídico (a)
Controller
Assistente financeiro
Comercial
Marketing
Coordenador (a) de Comercialização
Outro:

SOBRE OS SÓCIOS
Nesta seção são solicitadas informações referentes aos Sócios da Empresa.

22) Número de sócios *

23) Faixa etária média: * Marcar apenas uma oval.

Entre 20 e 30 anos
Entre 31 e 40 anos
Entre 41 e 50 anos
Acima de 50 anos

23.1) Gênero:

23.2) Raça:

24) Escolaridade média *
Ensino médio
Ensino técnico
Ensino superior
Pós-graduação

24.1) Área de Formação *
Não possui formação superior
Cinema e Audiovisual
Rádio e TV
Comunicação
Jornalismo
Publicidade
Estudos de Mídia
Arquitetura
Arquivologia
Artes Plásticas / Visuais
Administração
Economia
Direito
Engenharia
Sistemas de Informação
Outro:

25) De quais capacitações sentem falta para expandir o escopo de projetos e/ou aperfeiçoar processos da Empresa? *
Panorama do mercado
Gestão da empresa
Gestão de projetos
Gestão de talentos

Recursos Humanos
Negócios e Financiamento
Produção
Produção executiva
Finanças (Contabilidade, Tributos, Fluxo de Caixa)
Gestão de Direitos (Legislação e Contratos)
Leis de incentivos e Financiamento
Coprodução internacional
Marketing / Comercial
Distribuição
Novas mídias
Outro:

SOBRE A EQUIPE
Nesta seção são solicitadas informações referentes à Equipe da Empresa, sua trajetória e formas de contratação, excluindo os sócios.

26) Quantas pessoas compõem a equipe (excluindo os sócios)? *

27) Quantas pessoas da equipe residem em Niterói?

28) Quantas mulheres compõem a equipe? *

29) Quantas pessoas não-brancas compõem a equipe? *

30) Qual o grau de instrução da maioria das pessoas da equipe? *
Não há outras pessoas na equipe
Ensino Médio
Ensino Técnico
Graduação
Pós-graduação

30.1) Maioria proveniente de Instituições da Rede Pública ou Privada?
Não há outras pessoas na equipe
Pública
Privada

30.2) Realizaram a maior parte de sua formação em Niterói ou em outras cidades?

Não há outras pessoas na equipe
Niterói
Rio de Janeiro
Baixada Fluminense
Outros municípios do interior do Estado do RJ
Outros municípios de fora do Estado do RJ

31) Como são organizados os Processos Seletivos de novos profissionais?
A empresa ainda não teve demanda para a contratação de novos profissionais
Processo externo a partir da contratação de empresas especializadas em RH
Processo interno da empresa organizado pelo próprio RH
Processo interno da empresa organizado por profissionais do setor que tem demanda de novos profissionais
Outro:

32) Quais os critérios de maior peso na seleção de novos profissionais?
A empresa ainda não teve demanda para a contratação de novos profissionais
Avaliação do curso de Graduação
Coeficiente de rendimento
Experiência prévia na função
Indicação ou recomendação de outros profissionais
Outro:

Mapeamento do Setor Audiovisual de Niterói 2019 - Pessoa Física

As informações desse Formulário serão utilizadas pela equipe de pesquisa da Bem TV no mapeamento e georreferenciamento do setor produtivo audiovisual de Niterói e região. O objetivo do diagnóstico é a elaboração e consolidação de um APL - Arranjo Produtivo Local do Audiovisual Niteroiense a fim de apresentar um planejamento estratégico de cooperação entre empresas e órgãos públicos, promovendo o desenvolvimento do setor e o fortalecimento de todas as etapas da cadeia produtiva audiovisual.

***Obrigatório**

1. Endereço de e-mail *
2. Nome completo / Nome artístico: *
3. Telefone: *

1) Gênero *
Mulher cis
Homem cis
Mulher trans
Homem trans
Prefiro não dizer
Outro:

2) Raça *
Amarela
Branca
Indígena
Parda
Preta

3) Faixa etária *
Entre 15 e 20 anos
Entre 21 e 29 anos
Entre 30 e 39 anos
Entre 40 e 49 anos
Acima de 50 anos

4) Bairro - cidade de residência *

5) Nível de escolaridade: *
Ensino Médio
Ensino Técnico
Superior Completo
Pós-Graduação
Outro:

6) Área de formação (escolher até duas opções) *
Não possui formação técnica/superior
Cinema e Audiovisual
Comunicação
Rádio e TV
Jornalismo
Publicidade
Estudos de mídia
Arquitetura
Arquivologia
Artes Plásticas / Visuais
Administração
Economia
Direito
Engenharia
Sistemas de Informação
Outro:

6.1) Frequenta iniciativas de educação continuada? *
Não frequento
Cursos livres pagos
Projetos universitários de extensão
Oficinas gratuitas

6.2) Detalhar as últimas iniciativas de formação que participou nos últimos dois anos (Indicar nome do curso/Instituição e, se possível, professor(a) e carga horária):

6.3) Já participou de iniciativas de desenvolvimento de Negócios/Roteiros/Projetos? Se sim, quais?(Nome da iniciativa e ano)

6.4) Frequenta Festivais, Eventos de Mercado, Rodadas de Negócio e/ou Apresentações de Projeto (Pitching) em eventos do mercado audiovisual? Se sim, quais?

7) Atividade principal (ex.: roteirista, direção, produção, fotografia, arte, figurino som, elétrica, pós-produção etc.) *

8) Atividade secundária *

9) Tempo de atuação no Mercado Audiovisual *
Nunca atuou profissionalmente com audiovisual
Menor ou igual a 2 anos
Maior que 2 e menor ou igual a 5 anos
Maior que 5 e menor ou igual a 10 anos
Maior que 10 e menor ou igual a 20 anos
Maior que 20 anos

10) Tipos de projetos que realiza/participa *
Curta-metragem / Media-metragem
Longa-metragem
Conteúdo para TV
Conteúdo para a Internet
Distribuição e Comercialização
Eventos
Educacional
Ensino e Pesquisa
Games
Institucional/Corporativo
Publicidade
Outro:

11) Modos de trabalho em que atua *
Trabalho em set de filmagem
Trabalho de escritório em local próprio da Empresa / ONG / Instituição / Órgão Governamental
Trabalho de escritório em casa / coworking
Trabalho remoto sem local fixo
Outro:

12.1) Está trabalhando atualmente? Se sim, onde e desempenhando quais atividades?

12.2) Modos de contratação *
Desempregado (a)
CLT
Freelancer

12.3) Modos de remuneração *
Desempregado (a)
CLT
Nota fiscal de pessoa jurídica ou MEI
RPA
Não remunerado
Outro:

13) Audiovisual é sua fonte de renda única, principal ou alternativa? *
Exclusiva
Principal
Secundária
Complementar

14) Qual é sua Renda Média Mensal? *
Até R$ 1.000,00
Entre R$ 1.000,00 e 2.000,00
Entre R$ 2.000,00 e 3.000,00
Entre R$ 3.000,00 e 4.000,00
Entre R$ 5.000,00 e 10.000,00
Mais de R$ 10.000,00

15) Trabalha ou já trabalhou com carteira assinada na área? Se sim, por quanto tempo?

16) Possui algum Plano de Previdência?(Público ou privado) *
Sim
Não

17) Já enviou projetos para algum Edital? *
(Marcar apenas uma oval por linha - NÃO - 1 a 3 - 4 a 6 - 7 a 10 - + 10)
ELIPSE PROGRAMA ESTADUAL DE FOMENTO AO CURTA UNIVERSITÁRIO (SECEC-RJ)
LABCURTA (SECEC-RJ)
EDITAIS INTERNOS (UNIVERSITÁRIOS)
OUTROS EDITAIS

17.1) Caso tenha enviado ao menos um projeto na linha "OUTROS EDITAIS", especificar (Nome do edital, ano e valor do aporte):

18) Já teve algum projeto aprovado em Editais? *
(Marcar apenas uma oval por linha - NÃO - 1 a 3 - 4 a 6 - 7 a 10 - + 10)
ELIPSE PROGRAMA ESTADUAL DE FOMENTO AO CURTA UNIVERSITÁRIO (SECEC-RJ)
LABCURTA (SECEC-RJ)
EDITAIS INTERNOS (UNIVERSITÁRIOS)
OUTROS EDITAIS

18.1) Caso tenha aprovado ao menos um projeto na linha "OUTROS EDITAIS", especificar (Nome do edital, ano e valor do aporte, caso seja o mesmo da pergunta 17.1 indicar "idem"):

19) Já mobilizou recursos para projetos audiovisuais a partir de iniciativas como: *
(Marque todas que se aplicam. - NÃO - 1 a 3 - 4 a 6 - 7 a 10 - + 10)
FINANCIAMENTO COLETIVO
VENDA DE PRODUTOS
REALIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS

21) Participa de algum Coletivo Cultural (coletivos com engajamento político--social formados por pessoas que organizam atividades culturais como festas,

exposições, caminhadas, festivais e peças de teatro)? Qual? *

22) Gostaria de compartilhar outras informações sobre sua atuação no Setor Audiovisual Niteroiense não contempladas pelas perguntas deste formulário?

Mapeamento do Setor Audiovisual de Niterói 2019 - OSC / ONG

As informações desse Formulário serão utilizadas pela equipe de pesquisa da Bem TV no mapeamento e georreferenciamento do setor produtivo audiovisual de Niterói e região. O objetivo do diagnóstico é a elaboração e consolidação de um APL - Arranjo Produtivo Local do Audiovisual Niteroiense a fim de apresentar um planejamento estratégico de cooperação entre empresas e órgãos públicos, promovendo o desenvolvimento do setor e o fortalecimento de todas as etapas da cadeia produtiva audiovisual.

***Obrigatório**

1. Endereço de e-mail *
2. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário:
3. Razão Social / Nome Fantasia da OSC/ONG *
4. CNPJ: *
5. Telefone: *
6. Endereço Completo (incluir CEP e Cidade): *

SOBRE A OSC / ONG
Nesta seção são solicitadas informações referentes à trajetória, financiamento, estrutura de execução e gerenciamento de projetos da OSC/ONG.

7. 1) Porte da OSC/ONG (por faturamento) *
Porte Micro - receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00/ano
Pequeno porte - receita bruta superior a R$ 360.000,00 e igual ou inferior a R$3.600.000,00/ano
Pequena - receita bruta superior a R$ 3.600.000,00 e igual ou inferior a R$ 16.000.000,00/ano

Média - receita bruta superior a R$16.000.000,00 e igual ou inferior a R$90.000.000,00/ano
Grande - receita bruta superior a R$90.000.000,00/ano
Outro:

2) Há quanto tempo atua no setor audiovisual? *
Até 2 anos
Entre 2 e 5 anos
Entre 5 e 10 anos
Entre 10 e 20 anos
Acima de 20 anos

3) Tipos de projeto que realiza: *
Curta-metragem / Media-metragem
Longa-metragem
Institucional/Corporativo
Cobertura de eventos
Conteúdo para TV
Conteúdo para a Internet
Distribuição e Comercialização
Eventos
Ensino e Pesquisa
Games
Incidência política
Publicidade
Outro:

3.1) Temas que aborda nos projetos audiovisuais:
Assessoria de imprensa
Formação profissional
Formação de público
Juventude
Marketing digital
Representatividade de gênero
Representatividade racial
Reforma agrária
Reforma política
Violência policial/institucional
Outro:

4) Possui registro na ANCINE (Agência Nacional do Cinema)? *
Sim
Não

5) É associada a algum Sindicato? *
Sim
Não

6) É associada à BRAVI (Brasil Audiovisual Independente)? *
Sim
Não

7.1) Qual número de projetos próprios em carteira por ano? *

7.2) Para quantos projetos de outras empresas presta serviço durante o ano?

8) Valor da soma dos orçamentos de projetos próprios gerenciados por ano (provenientes de fontes de investimento públicas e privadas) *
Apenas presta serviços e/ou Não administra recursos para projetos próprios
Até R$ 250 mil
Até R$ 500 mil
Entre R$ 500 mil e R$ 1 milhão
Entre R$ 1 milhão e 5 milhões
Acima de R$ 5 milhões

9) Fontes de financiamento
Prestação de serviços de publicidade
Prestação de outros serviços de produção audiovisual
Recursos públicos para produção de cinema ou TV
Internacional (coprodução ou licenciamento)
Investidores privados
Crédito bancário
Recursos próprios
Editais públicos
Outro:

10) Já enviou projetos para algum Edital Municipal ou Estadual? *
(Marque todas que se aplicam. - NÃO - 1 a 3 - 4 a 6 - 7 a 10 - + 10)

1. CHAMADA PÚBLICA DE ARTES VISUAIS (FAN-NITERÓI)
2. EDITAL DE FOMENTO AO AUDIOVISUAL (FAN-NITEROI)
3. PRÊMIO INICIATIVAS CULTURAIS (FAN-NITERÓI)
4. EDITAIS PARA PONTOS DE CULTURA
5. LEI DE INCENTIVO À CULTURA ISS
6. LEI DE INCENTIVO À CULTURA ICMS
7. ELIPSE PROGRAMA ESTADUAL DE FOMENTO AO CURTA UNIVERSITÁRIO (SECEC-RJ)
8. LABCURTA (SECEC-RJ)
9. OUTROS EDITAIS

10.1) Caso tenha enviado ao menos um projeto na linha "OUTROS EDITAIS", especificar (Nome do edital, ano e valor do aporte):

11) Já teve projetos aprovados em algum Edital Municipal ou Estadual? *
(Marque todas que se aplicam. - NÃO - 1 a 3 - 4 a 6 - 7 a 10 - + 10)
1. CHAMADA PÚBLICA DE ARTES VISUAIS (FAN-NITERÓI)
2. EDITAL DE FOMENTO AO AUDIOVISUAL (FAN-NITEROI)
3. PRÊMIO INICIATIVAS CULTURAIS (FAN-NITERÓI)
4. EDITAIS PARA PONTOS DE CULTURA
5. LEI DE INCENTIVO À CULTURA ISS
6. LEI DE INCENTIVO À CULTURA ICMS
7. ELIPSE PROGRAMA ESTADUAL DE FOMENTO AO CURTA UNIVERSITÁRIO (SECEC-RJ)
8. LABCURTA (SECEC-RJ)
9. OUTROS EDITAIS

11.1) Caso tenha aprovado ao menos um projeto na linha "OUTROS EDITAIS", especificar (Nome do edital, ano e valor do aporte):

12) Já teve projetos APROVADOS em algum Edital Federal? *
(Marque todas que se aplicam. - NÃO - 1 a 3 - 4 a 6 - 7 a 10 - + 10)
FSA - FUNDO SETORIAL AUDIOVISUAL
MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA
LEI ROUANET
LEI DO AUDIOVISUAL
OUTROS
12.1) Caso tenha aprovado ao menos um projeto na tabela anterior, especificar (Nome do edital, ano e valor do aporte):

13) Já mobilizou recursos para projetos iniciais a partir de iniciativas como: *
(Marque todas que se aplicam. - NÃO - 1 a 3 - 4 a 6 - 7 a 10 - + 10)
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FINANCIAMENTO COLETIVO
VENDA DE PRODUTOS
REALIZAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS

13.1) Caso tenha mobilizado recursos para projetos a partir de estratégias não citadas anteriormente, especificar:

14) Já participou de iniciativas de desenvolvimento de Negócios/Roteiros/Projetos? Se sim, quais? *

15) Frequenta Festivais, Eventos de Mercado, Rodadas de Negócio e/ou Apresentações de Projeto (Pitching) em eventos do mercado audiovisual? Se sim, quais? *

16) Tamanho da equipe (incluindo presidente/diretores/coordenadores) *
Até 2 pessoas
Entre 2 e 4 pessoas
Entre 5 e 10 pessoas
Entre 11 e 50 pessoas
Acima de 50 pessoas

17) Todos com registro em Carteira? *
Sim
Não
Parte registrado, parte freelancers

18) Contrata profissionais para trabalhos remotos na mesma cidade? Se sim, para quais serviços? (ex.: manutenção de equipamentos, serviços de entrega/frete, design) *

19) Contrata profissionais para trabalhos remotos de outra cidade? Se sim, para quais serviços? (ex.: manutenção de equipamentos, serviços de entrega/frete, design) *

20) Que treinamento acredita faltar para a Equipe? (selecionar até 3 opções) *
Planejamento e controle

Jurídico / Contratos
Jurídico / Legislação audiovisual
Administração financeira / Tributário / Contábil Negócios / Financiamento / Comercial
Marketing
Técnico profissional
Outro:

21) Já teve dificuldade para contratar algum dos profissionais citados abaixo em Niterói, nos últimos 2 (dois) anos? *
Roteirista
Pesquisador (a)
Diretor (a)
Assistente de Direção
Produtor (a)
Produtor (a) Executivo (a) – produção da obra P
rodutor (a) Executivo (a) – legislação, financiamento e negócios
Diretor (a) de Produção
Produtor (a) de Elenco
Preparador (a) de elenco
Produtor (a) de Locação
Produtor (a) de Finalização
Operador (a) de Câmera
Operador (a) de Som Direto
Eletricista
Maquinista
Diretor (a) de Arte
Cenógrafo (a)
Cenotécnico (a)
Aderecista
Montador (a) / Editor (a)
Colorista Editor (a) de som
Animadores
Efeitos especiais
Assessor (a) jurídico (a)
Controller
Assistente financeiro
Comercial
Marketing

Coordenador (a) de Comercialização
Outro:

SOBRE A DIREÇÃO
Nesta seção são solicitadas informações referentes ao núcleo gerencial da OSC/ ONG.

22) Número de diretores: *

23) Faixa etária média: *
Entre 20 e 30 anos
Entre 31 e 40 anos
Entre 41 e 50 anos
Acima de 50 anos

23.1) Gênero:

23.2) Raça:

24) Escolaridade média *
Ensino médio
Ensino técnico
Ensino superior
Pós-graduação

24.1) Área de Formação *
Não possui formação superior
Cinema e Audiovisual
Rádio e TV
Comunicação
Jornalismo
Publicidade
Arquitetura
Arquivologia
Artes Plásticas / Visuais
Administração
Economia
Direito
Engenharia

Sistemas de Informação
Outro:

25) De quais capacitações sentem falta para expandir o escopo de projetos e/ou aperfeiçoar processos da Organização? *
Panorama do mercado
Gestão de projetos
Gestão de talentos
Recursos Humanos
Negócios e Financiamento
Produção
Produção executiva
Finanças (Contabilidade, Tributos, Fluxo de Caixa)
Gestão de Direitos (Legislação e Contratos)
Leis de incentivos e Financiamento
Coprodução internacional
Marketing / Comercial
Distribuição
Novas mídias
Outro:

SOBRE A EQUIPE
Nesta seção são solicitadas informações referentes à Equipe da OSC/ONG, sua trajetória e formas de contratação, excluindo os diretores.

26) Quantas pessoas compõem a equipe (excluindo os diretores)? *

27) Quantas pessoas da equipe residem em Niterói?

28) Quantas mulheres compõem a equipe? *

29) Quantas pessoas não-brancas compõem a equipe? *

30) Qual o grau de instrução da maioria das pessoas da equipe? *
Não há outras pessoas na equipe
Ensino Médio
Ensino Técnico
Graduação
Pós-graduação

30.1) Maioria proveniente de Instituições da Rede Pública ou Privada?
Não há outras pessoas na equipe
Pública
Privada
30.2) Realizaram a maior parte de sua formação em Niterói ou em outras cidades?
Não há outras pessoas na equipe
Niterói
Rio de Janeiro
Baixada Fluminense
Outros municípios do interior do Estado do RJ
Outros municípios de fora do Estado do RJ

31) Como são organizados os Processos Seletivos de novos profissionais?
A Organização ainda não teve demanda para a contratação de novos profissionais
Processo externo a partir da contratação de empresas especializadas em RH
Processo interno da empresa organizado pelo próprio RH
Processo interno da empresa organizado pelo setor com demanda de novos profissionais
Outro:

32) Quais os critérios de maior peso na seleção de novos profissionais?
A Organização ainda não teve demanda para a contratação de novos profissionais
Avaliação do curso de Graduação
Coeficiente de rendimento
Experiência prévia na função Indicação ou recomendação de outros profissionais
Outro:

Mapeamento do Setor Audiovisual de Niterói 2019 - Instituições de Ensino

As informações desse Formulário serão utilizadas pela equipe de pesquisa da Bem TV no mapeamento e georreferenciamento do setor produtivo audiovisual de Niterói e região. O objetivo do diagnóstico é a elaboração e consolidação de um APL - Arranjo Produtivo Local do Audiovisual Niteroiense a fim de apresentar um planejamento estratégico de cooperação entre empresas, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e órgãos públicos, promovendo o desenvolvimento do setor e o fortalecimento de todas as etapas da cadeia produtiva audiovisual.

*Obrigatório

1. Endereço de e-mail *
2. Nome do responsável pelo preenchimento do formulário: *
3. Nome da Instituição *
4. Telefone da Instituição: *
5. Endereço completo (incluir CEP e cidade): *
6. Atende qual Grau de Instrução? *
Ensino Fundamental
Ensino Médio
Ensino Técnico
Graduação
Pós Graduação
Cursos livres

A produção audiovisual e a Instituição
Nas perguntas a seguir pretendemos levantar informações sobre a interação entre a produção audiovisual e o ensino na Instituição: se as produções só são

realizadas como atividade dentro dos cursos específicos ou se há abertura nas disciplinas regulares de escolas para que os alunos apresentem trabalhos em vídeo; se há menção a todas as etapas da produção audiovisual; quantos profissionais compõem a equipe de ensino audiovisual e qual a área de formação desses docentes, entre outras informações.

1) Como a produção audiovisual da Instituição e o ensino se relacionam?
Produções estão ligadas às atividades curriculares oferecidas
Produções estão ligadas à atividades extra-curriculares oferecidas
Produções estão ligadas a algumas disciplinas das atividades curriculares oferecidas
Produções estão ligadas a projetos de extensão
Produções estão ligadas a livre-iniciativa de estudantes
Outro:

2) Como aborda o ensino de Cinema e Audiovisual no currículo? *
Atividade extracurricular optativa
Atividade extracurricular obrigatória
Curso Livre / Oficinas
Curso Técnico
Curso de Graduação
Curso de Pós-Graduação
Não aborda Audiovisual no currículo, apenas produz

3) Aborda quais etapas da Produção Audiovisual no currículo? *
Desenvolvimento
Produção
Pós-produção
Distribuição
Exibição / Formação de público
Preservação
Ensino / pesquisa
Não aborda Audiovisual no currículo, apenas produz

4) Número de profissionais que compõem a equipe de formação para Audiovisual *

4.1) Área de formação dos docentes ligados ao Ensino de Cinema e Audiovisual *
Cinema e Audiovisual - Bacharelado
Cinema e Audiovisual - Licenciatura
Rádio e TV
Comunicação
Jornalismo
Publicidade
Artes Visuais
Letras / Literatura
Outro:

5) Faz acompanhamento da atuação profissional dos egressos? *
Sim
Não

5.1) Sabe informar a porcentagem de empregabilidade dos egressos no mercado audiovisual no último ano?

5.2) Os egressos concentram sua atuação profissional em Niterói?

6) Há parcerias com outras Instituições para implementação de projetos de ensino/produção audiovisual? Se sim, especificar: *

7) Promove a participação de estudantes em Eventos de Mercado e de qualificação profissional? * Marcar apenas uma oval. Sim Não

8) Existe algum grupo ou comissão dentro da Instituição voltado para a inserção de estudantes no meio profissional de audiovisual? Se sim, indicar metodologias de trabalho e contato do professor/funcionário responsável: *

5.

BIBLIOGRAFIA

Arranjos produtivos locais e desenvolvimento/Organizadores: Carlos Wagner de A. Oliveira, José Augusto V. Costa, Gabriela Maretto Figueiredo, Alessandra Ribeiro de Moraes, Ricardo Batista Carneiro, Iedo Brito da Silva, Organizadores - Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

BAHIA, Lia. Discursos, políticas e ações : processos de industrialização do campo cinematográfico brasileiro / organização da coleção Lia Calabre. – São Paulo : Itaú Cultural : Iluminuras, 2012. 228 p. – (Rumos Pesquisa). Disponível em https://www.itaucultural.org.br/discursos-politicas-e-acoes-processos-de-industrializacao-do-campo-cinematografico-brasileiro. Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Univaldo Coelho. Sebrae. **APL ARRANJO PRODUTIVO LOCAL.** 2. ed. Brasília: Comunicação Integrada, 2014. 48 p. (SÉRIE EMPREENDIMENTOS COLETIVOS).

BRITZ, Iafa; BRAGA, Rodrigo Saturnino; LUCA, Luiz Gonzaga Assis de. **Film Busine$$: o Negócio do Cinema.** São Paulo: Elsevier Editora, 2010. 179 p.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. **APL Arranjo Produtivo Local.** Brasília: Sebrae, 2014. (Empreendimentos Coletivos). Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122da570b/$File/5197.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CASSIOLATO, José Eduardo; MATOS, Marcelo Pessoa de; LASTRES, Helena M. M. (Org.). **Arranjos Produtivos Locais: uma Alternativa para o Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2008. (Criatividade e Cultura). Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jose_Cassiolato/publication/311758011_Arranjos_Produtivos_Locais_uma_Alternativa_para_o_Desenvolvimento_Criatividade_e_Cultura/links/5b051853a6fdccf9e4f89eae/Arranjos-Produtivos-Locais-uma-Alternativa-para-o-Desenvolvimento-Criatividade-e-Cultura.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CASTRO, Sérgio. Arranjos e sistema produtivos e inovadores locais em áreas intensivas em cultura e mobilizadoras do desenvolvimento social: Desenvolvimento do APL de Cinema/Audiovisual de Goiânia. **Redesist**, Rio de Janeiro, v. 0, n. 0, p.2-32, set. 2008. Mensal. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/mapa_apl/view_apl.php?id=135>. Acesso em: 10 dez. 2019.

COELHO, Selma Benedita. **Canis Públicos de Televisão Digital e as Possibilidades de Arranjos Produtivos Locais do Audiovisual.** 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/89561/coelho_sb_me_bauru.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 dez. 2019.

DUARTE, Rômulo; FONSECA FILHO, Ari da Silva. Luz, Câmera... Segmentação: uma proposta de turismo cinematográfico para a cidade de Niterói-RJ. Revista Turismo em Análise, [s.l.], v. 27, n. 2, p.323-341, 8 set. 2016. Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v27i2p323-341. Acesso em: 10 dez. 2019.

FERNANDES, Marina Rossato. **Políticas Públicas Para o Audiovisual.** São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2016. 188 p.

FREIRE, Rafael de Luna. **Cinematographo em Nictheroy: história das salas de cinema de Niterói.** Niterói: Niterói Livros, 2012. 264 p.

FUINI, Lucas Labigalini. Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. **Geotextos**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.57-83, dez. 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/6985/6563>. Acesso em: 10 dez. 2019.

IKEDA, Marcelo. **Cinema brasileiro a partir da retomada: aspectos econômicos e políticos.** São Paulo: Summus, 2015.

LEITÃO, Cláudia; MACHADO, Ana Flávia (Org.). **Por um Brasil Criativo: Significados, Desafios e Perspectivas da Economia Criativa Brasileira.** Belo Horizonte: Rona Editora, 2016. 384 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B_MLA3XGmN7IU1M3eVJPcWxKTTQ/view>. Acesso em: 05 dez. 2019.

MARTINS, Ernane Rosa; SILVA, Solange da. ESTUDO SOBRE AS DEFINIÇÕES E AS DIFERENÇAS DOS PRINCIPAIS TIPOS DE ARRANJOS EMPRESARIAIS. In: XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 35., 2015, Fortaleza. **Anais...** Online: Anais, 2015. v. 1, p. 3 - 11. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_212_260_26340.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.

MASSAROLO, João. (2016). ESTRATEGIAS CONTEMPORÁNEAS DE LA NARRACIÓN DE CUENTOS PARA MÚLTIPLES PANTALLAS. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/296486846_ESTRATEGIAS_CONTEMPORAN

MATOS, Marcelo Pessoa de; GUIMARÃES, Vicente; SOUZA, Rodrigo Guimarães e. Arranjos e sistema produtivos e inovadores locais em áreas intensivas em cultura e mobilizadoras do desenvolvimento social: O SISTEMA PRODUTIVO E INOVATIVO LOCAL DE AUDIOVISUAL DO RIO DE JANEIRO. Redesist, Rio de Janeiro, v. 0, n. 0, p.2-130, out. 2008. Mensal. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/nts/nt9/NT10.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MONTORO, Guilherme Castanho Franco et al. (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sul. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014.Disponívelemhttps://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2941/1/Um%20olhar%20territorial%20sobre%20o%20desenvolvimento_Sul_2014_P.pdf Acesso em: 10 dez. 2019.

MOUTINHO, Lúcia; CAVALCANTI FILHO, Paulo Fernando. Arranjos e sistema produtivos e inovadores locais em áreas intensivas em cultura e mobilizadoras do desenvolvimento social: SPIL DO AUDIOVISUAL DE RECIFE. **Redesist**, Rio de Janeiro, v. 0, n. 0, p.4-97, ago. 2008. Mensal. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/nts/nt9/NT08.pdf>. Acesso em: 10 dez. 1996.

NITERÓI (Município). . Niterói, RJ: A Tribuna, 18 dez. 2015. p. 1-22. Disponível em: <http://culturaniteroi.com.br/chamadas/arq/2017_005_simfic_LEIMUNICIPAL3182_15.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

NÚÑEZ, Fabián. Resenha do livro EDMONDSON, Ray. Filosofia e princípios da arquivística audiovisual. Trad. Carlos Roberto de Souza. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Preservação Audiovisual/Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2013. 224p. **Liinc em Revista**, [s.l.], v. 10, n. 2, p.742-745, 5 dez. 2014. Liinc em Revista. http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v10i2.719. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3565/3057>. Acesso em: 10 dez. 2019.

OLIVEIRA, Carlos Wagner de A. et al (Org.). **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/171010_livro_arranjos_produtivos.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2019.

PACHECO, Julia Correa; NIGROMONTE, Danielle Barreto; BARON, Lia Cabral. NITERÓI CIDADE DO AUDIOVISUAL: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA E SEUS DESAFIOS. **Lexcult**, Niterói, v. 3, n. 1, p.99-114, jan. 2019. Disponível em: <http://revistaauditorium.jfrj.jus.br/index.php/LexCult/article/view/132/137>. Acesso em: 18 dez. 2019

SEBRAE (Org.). **MAPEAMENTO E IMPACTO ECONÔMICO DO SETOR AUDIOVISUAL NO BRASIL: Resumo Executivo.** São Paulo: Apro, 2016. Disponível em: <http://objetivaudiovisual.com.br/arquivo/Resumo_Executivo_Mapeamento_Audiovisual.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

SILVA, Hadija Chalupe da. **O filme nas telas a distribuição do cinema nacional.** 5. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2010. (Indústria Cinematográfica e Audiovisual Brasileira).

TATSCH, Ana Lúcia, Diego Cavalcante, and Marilise Dorneles Spat. "Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais em áreas intensivas em cultura: o caso do arranjo de cinema em Porto Alegre." Anais do VII ENABER–Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais, São Paulo (2009). 25f. Artigo. Disponível em: http://aplicativos.fipe.org.br/enaber/pdf/92.pdf Acesso em: 04 dez. 2019.

ZAVERUCHA, Vera. **Desvendando a Ancine.** Rio de Janeiro: Creative Commons, 2017. 231 p.